

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Textos para discussão
Diretoria de Pesquisas
Número 37

Indicadores sobre Trabalho Decente

Uma contribuição para o debate da
desigualdade de gênero

Cíntia Simões Agostinho
Ana Lucia Saboia

Rio de Janeiro
2011

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1518-675X Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 978-85-240-4179-2

© IBGE. 2011

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2011.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Agostinho, Cíntia Simões

Indicadores sobre trabalho decente : uma contribuição para o debate da desigualdade de gênero / Cíntia Simões Agostinho, Ana Lucia Saboia. – Rio de Janeiro : IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2011. p. 50 – (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X ; n. 37)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-240-4179-2

1. Mulheres - Emprego - Brasil. 2. Mulheres - Condições Sociais. 3. Discriminação de sexo no emprego - Brasil. Discriminação de sexo contra as mulheres. 5. Mulheres - Condições econômicas. 6. Mercado de trabalho - Brasil. I. Saboia, Ana Lucia. II. BGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. III. Título. IV. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/2011-04

CDU 331-055.2(81)
ECO

Sumário

Apresentação.....	5
Introdução.....	7
1 A importância do trabalho nas condições de vida.....	9
2 Análise de resultados.....	10
2.1 Oportunidades de trabalho.....	10
2.2 Rendimento adequado e trabalho produtivo	15
2.3 Igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho.....	21
2.4 Jornada de trabalho decente.....	26
2.5 Combinação entre trabalho, vida familiar e vida pessoal.....	29
2.6 Seguridade social	32
3. Considerações Finais.....	34
Referências Bibliográficas.....	36
Anexo.....	39

Apresentação

A demanda por indicadores sobre a temática de gênero tem sido crescente e oportuna no sentido em que, cada vez mais, as políticas públicas estão sendo planejadas a partir de dados do sistema estatístico nacional. A análise contida neste texto tem como pano de fundo a questão do trabalho decente, conceito criado pela Organização Internacional do Trabalho com objetivo de criar um arcabouço teórico e conceitual de condições dignas de trabalho e inserção da mão-de-obra.

Neste contexto, a questão de gênero é essencial para aprimorar o desenvolvimento e implementação de políticas de combate às formas de trabalho precário. O esforço analítico tem como principal objetivo contribuir para o debate e também na avaliação dos resultados produzidos pelas pesquisas domiciliares do IBGE.

Luiz Antônio Pinto de Oliveira
Chefe da Coordenação de População e Indicadores Sociais

Introdução

A proposta de elaborar este estudo surgiu da necessidade de contribuir com a produção de um conjunto de indicadores estatísticos a partir de fontes oficiais que revelem as desigualdades de gênero existentes na sociedade brasileira, e também, fornecer subsídios para as políticas públicas específicas.

A escolha do tema “trabalho e gênero” teve como referência básica questões consideradas chaves no debate sobre a temática de gênero. A divisão sexual do trabalho, segundo BANDEIRA (2010)¹ é geradora de desigualdades múltiplas. A opressão feminina, feita a partir da constatação comum de que os homens ganham melhores salários que as mulheres, tem fundamentos que podem ser observados na divisão sexual do trabalho tanto na esfera pública como no âmbito privado. Há um *status* diferenciado do trabalho feminino e masculino na sociedade, segundo o qual a mulher ocupa a esfera privada dos trabalhos associados à vida familiar, que seriam desqualificados, enquanto o homem é responsável pelos negócios, que adquirem valor intelectual e econômico na esfera pública. É preciso entender a dinâmica e o processo da divisão sexual do trabalho.

Para HIRATA E KERGOAT (2007), a análise das diferenças na distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho, e suas variações no tempo e espaço, e como elas se associam à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos, é indispensável para compreensão da temática como um todo. Entretanto, para as autoras, a divisão sexual de trabalho deve ser vista de uma perspectiva mais ampla: de que essas desigualdades são sistemáticas e que sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e os sexos, criando um “sistema de gênero”. Consideram que a divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação, em que se supõe a existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o princípio da hierarquização, em que o trabalho do homem tem maior “valor” que o trabalho da mulher.

¹ I Congresso Internacional sobre a Mulher, Gênero e Relações de Trabalho, Universidade de Brasília (UnB)

A abordagem de uma complementaridade entre os sexos é coerente com a idéia de divisão do trabalho profissional e doméstico entre homens e mulheres, e dentro do trabalho profissional a separação entre tipos e modalidade de empregos, que possibilitam a reprodução dos papéis sexuados. Essa abordagem de complementaridade pode ser vista sob diferentes aspectos: “modelo tradicional”, “modelo de conciliação”, “paradigma da parceria” e “modelo de delegação”. No modelo tradicional, a mulher assume o trabalho doméstico e seu papel na família, enquanto ao homem cabe o papel de provedor. No modelo de conciliação, a abordagem sugere que cabe às mulheres, principalmente, conciliar vida familiar e profissional, relação de natureza conflituosa visto a simultaneidade de responsabilidades. No paradigma da parceria, homens e mulheres são considerados como parceiros, e as relações entre eles deveriam se estabelecer mais em termos de igualdade do que de poder. O modelo de delegação surge com o crescimento, entre as mulheres, da categoria de profissões de nível superior e de executivas, que têm a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres as tarefas familiares e domésticas (HIRATA E KERGOAT, 2007).

Não se pretende aqui esgotar a discussão sobre a divisão sexual do trabalho. Contudo, considerou-se importante mencionar o debate na medida em que a temática discutida neste texto utiliza parâmetros comparativos em relação às atividades econômicas de homens e mulheres no país.

A primeira motivação para escrever este texto veio da preparação do capítulo sobre mulher para a última divulgação da Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira 2010². Tal publicação divulga os indicadores sociais oficiais do país, e ganha a cada ano mais importância entre os formuladores e gestores de políticas públicas.

A perspectiva teórica de abordagem dos indicadores sociais exige constantes análises dos resultados obtidos. Neste contexto, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD tem sido bastante utilizada por especialistas do mercado de trabalho, e o fato do IBGE fornecer uma longa e consistente série histórica permite a construção de estudos que contribuem para o conhecimento das condições em que ocorre o mercado de trabalho. As bases de dados selecionadas referem-se aos anos de 1999 e 2009³.

² A publicação completa está disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/default.shtm>. Acesso em 15/01/2011.

³ Em 1999, a abrangência geográfica da PNAD não era nacional, cobrindo todas Unidades da Federação, excusive a área rural da antiga Região Norte, que compreendia Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A partir no ano de 2004, a PNAD alcança a cobertura completa do Território Nacional. Nenhum tipo de ajuste foi feito, visando compatibilizar a informação para os dois anos de interesse neste estudo, na medida em que se considerou que as áreas rurais da Região Norte têm pouco peso na análise relativa a mercado de trabalho.

Os indicadores apresentados nos suscitaram alguns questionamentos, o que nos motivou a aprofundar e complementar as análises feitas na referida publicação.

Quando o capítulo foi concebido, a Organização Internacional do Trabalho/OIT havia acabado de divulgar que em 2010 a organização estaria concentrando atenção na questão do trabalho doméstico, tornando-o um tema específico na agenda do “trabalho decente”.

O conceito de trabalho decente foi criado pela OIT em 1999. O trabalho decente é considerado como as “oportunidades para homens e mulheres obterem trabalho decente e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana”⁴. Este caráter multifacetado reflete-se numa diversidade de indicadores para a mensuração do trabalho decente.

Neste texto, para caracterização do trabalho decente, a ênfase foi dada a seis eixos específicos: oportunidades de trabalho; rendimento adequado e trabalho produtivo; igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho; jornada de trabalho decente; combinação entre trabalho, vida familiar e vida pessoal; e proteção social.

Considerando a ampla bibliografia a respeito deste tema, nem todos indicadores sugeridos para os eixos selecionados foram utilizados, enquanto outras análises foram adicionadas visando enriquecer o debate. Como nossa análise está focada basicamente nos resultados da PNAD, optou-se por abordar exclusivamente os seis tópicos já mencionados.

1 A importância do trabalho nas condições de vida

O mercado de trabalho é reconhecidamente um local onde desigualdades são reveladas e potencializadas, e por este motivo é fundamental avaliar suas características, especialmente, em relação a questão de gênero.

O rendimento do trabalho era responsável, em média, por 76,2% do total do rendimento familiar, em 2009. No caso de domicílios com rendimento familiar per capita de até ¼ do salário mínimo, essa participação variou sensivelmente entre 1999 e 2009, passando de 81,4% para 66,2% (IBGE, 2010).

⁴ A formulação do conceito de trabalho decente abrange diferentes aspectos organizados em onze eixos de indicadores: 1) oportunidades de trabalho; 2) rendimento adequado e trabalho produtivo; 3) jornada de trabalho decente; 4) combinação entre trabalho e vida familiar; 5) trabalho que deve ser abolido; 6) estabilidade e segurança no trabalho; 7) igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho; 8) ambiente de trabalho seguro; 9) seguridade social; 10) diálogo social e representação de trabalhadores; e 11) contexto econômico e social do trabalho decente (ANKER et al., 2002; MEASURING..., 2008; DECENT..., 2009; PERFIL..., 2009; DECENT..., 2010).

Como reflexo da importância do rendimento do trabalho na composição da renda do domicílio, este também foi o componente mais importante, responsável por 65%, na queda da desigualdade da renda domiciliar per capita entre 2001 e 2008, segundo estudos do IPEA (2009). No início da década de 2000, o coeficiente de Gini foi de 59,4, passando a 54,4 em 2008, o que corresponde a uma queda de 8,4% no coeficiente.

A definição de trabalho considerada PNAD sofreu alterações ao longo do tempo. A partir da PNAD de 1992, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, visando captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que não eram incluídas na população ocupada. Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de: ocupação remunerada na produção de bens e serviços, inclusive no serviço doméstico, trabalho não remunerado ou trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, por pelo menos uma hora na semana.

2 Análise de resultados

2.1 Oportunidades de trabalho

Historicamente, observa-se uma menor participação da mulher no mercado de trabalho em relação aos homens. Entretanto, é entre as mulheres que as taxas de atividade mais cresceram. No Brasil, em 1970, somente 18,5% das mulheres de 10 anos ou mais eram economicamente ativas. Em 2000, essa taxa mais que dobra, atingindo 44,1%. Para os homens, neste mesmo período, a taxa de atividade caiu de 71,8% para 69,6% (IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 2000). Entre 1999 e 2009, há uma diminuição na taxa de atividade para os homens de 16 anos ou mais, enquanto para as mulheres da mesma faixa etária, a tendência de crescimento é contínua, de 55,2% para 58,8% (Tabela 1 e Tabela A1, em anexo, com valores absolutos).

É importante mencionar que, em 2009, indicadores econômicos refletem, a partir do segundo trimestre do ano, o processo de retomada consistente do nível da atividade que sucedeu o breve período recessivo registrado após o agravamento da crise mundial no final de 2008. Os dados aqui analisados são advindos da PNAD, que tem como semana de referência período compreendido no terceiro trimestre do ano. O PIB, mesmo assinalando recuperação nos três últimos trimestres de 2009, apresentou retração de 0,2% em relação ao ano de 2008, resultado consistente com o período experimentado pela economia brasileira após a intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais ao longo do ano (BOLETIM..., 2009). Desta forma, os indicadores de 2009, relativos ao mercado de trabalho, podem refletir essa retomada após a crise econômica, inclusive com resultados diferenciados por sexo.

Estudo sobre possíveis efeitos da crise mundial sobre o mercado de trabalho, com ênfase na diferenciação por gênero, sugerem uma interrupção da feminização do mercado de trabalho no Brasil metropolitano, nos meses após a crise (BOLETIM..., 2010). O estudo é uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) - no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

De acordo com o trabalho BOLETIM... (2010), no período analisado (outubro/2008 a abril/2009), observou-se uma diminuição no ritmo de queda do desemprego que vinha ocorrendo no país e também redução na geração de novos postos de trabalho, especialmente no setor formal. O efeito foi diferenciado por sexo, no contexto da crise econômica. A ocupação cai mais entre as mulheres, enquanto o desemprego é mais acentuado entre os homens. Essa aparente contradição nos resultados sugere que a crise econômica tenha empurrado estas mulheres para a inatividade. Além disso, para as mulheres, os empregos gerados são caracterizados pela precariedade, concentrados no trabalho sem remuneração (BOLETIM..., 2010).

O conceito de trabalho produtivo da PNAD passou por mudanças metodológicas conforme mencionado, mas não inclui as tarefas de cuidado de familiares, usualmente de responsabilidade das mulheres. Por outro lado, o conceito inclui atividades não remuneradas, realizadas por pelo menos uma hora na semana, de ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalhado como empregado na produção de bens primários, conta própria ou empregador; de ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário. Esse tipo de informação torna mais visível o trabalho principalmente das mulheres (DEVELOPING..., 2010)⁵

A idade influencia a inserção no mercado de trabalho sob vários aspectos. A taxa de atividade mostra-se bastante diferenciada de acordo com cada grupo etário. No período analisado, observa-se aumento expressivo na taxa de atividade de mulheres de 25 a 44 anos, que era de 67,3% em 1999 e, atinge 74,1%, em 2009. Quando se observa este indicador levando em conta a escolaridade, verifica-se que a maior taxa de atividade feminina (79,1%) ocorre no grupo de trabalhadoras com 12 anos ou mais e estudo. Tal resultado evidencia que a procura das mulheres por mais qualificação se reflete em maior inserção no mercado de trabalho. Na comparação com a atividade masculina neste mesmo nível de escolaridade que o diferencial na taxa de atividade entre homens e mulheres é o menor (8,9 pontos percentuais).

A taxa de ocupação é também um indicador bastante representativo da realidade ocupacional. Para ambos os sexos, a taxa diminui em 2009 nos grupos de idade

⁵ Na Pesquisa da Força de Trabalho do Paquistão (*Pakistan's Labour Force Survey*) uma lista de atividades foi adicionada ao questionário de trabalho para melhor captar pessoas trabalhadoras em trabalhos informais ou não regulados. A utilização da lista mais que dobrou a taxa de atividade das mulheres (18,9% para 41,1%), mas não modificou a dos homens (DEVELOPING..., 2010).

extremos (16 a 19 anos e 65 anos ou mais), reforçando a concentração da atividade no grupo de adultos. Tais resultados podem ser vistos de forma positiva, uma vez que no grupo mais jovem as pessoas estão em idades em que a formação escolar é fundamental e entre os mais velhos as pessoas estão no processo de retirada do mercado de trabalho. Vale a pena registrar que para as mulheres jovens, a taxa de ocupação (31,9%) é semelhante à taxa de desocupação (29,3%). Em 2009, a taxa de desocupação era elevada entre os jovens de 16 a 24 anos e para a população com 8 a 11 anos de estudo, independentemente do sexo.

Uma variável que discrimina a inserção no mercado de trabalho é a cor ou raça do indivíduo. As taxas de desocupação, por exemplo, são sempre mais elevadas para homens e mulheres que se declararam ser de cor preta e parda. Essa tendência no diferencial na taxa, favorável aos brancos, se mantém quando se observa a série histórica da PNAD.

TABELA 1: Indicadores da oportunidade de trabalho:

Taxa de atividade, taxa de ocupação e taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça e situação do domicílio, Brasil – 1999/2009

Indicadores	1999 (1)						2009					
	Taxa de atividade		Taxa de ocupação		Taxa de desocupação		Taxa de atividade		Taxa de ocupação		Taxa de desocupação	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total (2)	83,2	55,2	76,8	48,6	7,7	11,9	81,5	58,8	76,6	52,4	6,0	10,9
Grupos de idade												
16 a 19 anos	67,5	46,0	54,5	33,4	19,3	27,3	61,8	45,1	50,3	31,9	18,7	29,3
20 a 24 anos	89,2	63,3	78,8	50,8	11,7	19,6	88,0	68,8	78,5	55,3	10,8	19,6
25 a 44 anos	95,2	67,3	89,6	60,4	5,9	10,2	94,7	74,1	90,2	66,9	4,8	9,8
45 a 59 anos	85,6	55,0	81,6	52,1	4,6	5,2	86,6	60,3	84,0	57,2	3,0	5,1
60 a 64 anos	66,3	30,7	63,6	30,1	4,1	2,1	63,9	32,7	62,5	32,0	2,2	2,3
65 anos e mais	39,1	14,7	38,4	14,5	1,9	1,3	33,6	13,6	32,9	13,4	1,9	1,4
Grupos de anos de estudo												
Menos de 1 ano	75,3	39,9	72,3	37,4	4,0	6,2	66,4	33,6	64,1	31,2	3,5	7,2
1 a 3 anos	82,9	49,0	78,0	44,9	5,9	8,3	76,2	43,5	73,3	40,4	3,8	7,0
4 a 7 anos	84,2	51,6	77,0	45,2	8,5	12,4	79,9	51,7	75,3	46,6	5,7	9,9
8 anos	85,2	55,7	76,8	46,9	9,8	16,0	83,8	56,5	78,1	49,2	6,9	13,0
9 e 10 anos	77,2	55,5	66,0	42,8	14,6	22,8	76,5	54,9	68,2	43,7	10,9	20,5
11 anos	88,8	69,2	81,2	59,7	8,6	13,7	89,9	71,8	83,7	62,4	6,9	13,1
12 anos ou mais	87,1	77,5	83,3	72,0	4,4	7,2	88,0	79,1	83,9	73,9	4,7	6,5
Cor ou raça												
Branca	82,6	54,7	76,9	48,7	6,9	11,0	80,6	58,5	76,3	53,1	5,3	9,2
Preta	80,7	56,7	72,6	48,4	10,1	14,6	81,8	61,9	75,9	53,7	7,1	13,2
Parda	84,5	55,8	77,4	48,5	8,5	12,9	82,6	58,7	77,2	51,5	6,5	12,4
Preta e parda	84,0	55,9	76,7	48,5	8,7	13,2	82,5	59,2	77,0	51,8	6,6	12,5
Situação do domicílio												
Urbano	81,2	53,4	73,7	46,0	9,2	13,9	80,4	58,7	74,9	51,7	6,8	11,9
Rural	90,8	63,7	88,7	61,2	2,3	4,0	87,1	59,7	85,2	56,8	2,2	4,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo e cor ou raça.

Além do acesso ao trabalho, uma questão relevante diz respeito à qualidade dos postos de trabalho. Em 1993, a Conferência de Internacional de Estatísticos do Trabalho (*15th International Conference of Labour Statisticians – ICLS*) adotou uma definição para *setor informal* da economia, sendo incorporada na revisão do Sistema de Contas Nacionais, o que permitiu identificar e quantificar a importância desse segmento na economia. Em 2003, no encontro da 17^a ICLS, formula-se o conceito de *trabalho informal*, para complementar o conceito de trabalho no setor informal, ambos compreendidos no arcabouço teórico da economia informal. Com a introdução do conceito de trabalho informal, a ênfase passa de um conceito que tem a empresa como base de análise do setor informal, para aquele que tem o emprego como base de análise do trabalho informal (DECENT..., 2008).

Desta maneira, para mensurar este aspecto utilizou-se a definição de trabalho formal e informal elaborada, para o contexto do Brasil, pela OIT. No trabalho formal, são incluídos os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, inclusive os trabalhadores domésticos, os militares e funcionários públicos estatutários, os empregadores e os trabalhadores por conta própria que contribuíam para instituto de previdência (PERFIL..., 2009). Sendo assim, a qualidade do trabalho está associada à proteção social de acordo com aspectos presentes na Constituição Federal do Brasil e nas legislações trabalhista e previdenciária. Contudo, vale registrar que o conceito de formalidade *versus* informalidade pode trazer diferentes especificações nas suas definições como também na interpretação dos resultados.

Nos períodos de 1999 a 2009, o percentual de pessoas em trabalhos formais aumentou 7,3 pontos percentuais, para homens e mulheres, atingindo 53,2% e 48,8%, respectivamente. As mulheres, mesmo tendo maior representatividade entre os ocupados com 12 anos ou mais de estudo, a maioria delas está ainda ocupada em trabalhos informais (51,2%) – Tabela 2 e Tabela A2, em anexo, com valores absolutos.

Tais resultados da PNAD refletem a expansão de postos de trabalho criados nos últimos anos, impulsionada pelo crescimento econômico observado no período. De fato, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, que acompanha a situação do mercado de emprego formal⁶ no Brasil, a criação de empregos formais (diferença entre admissões e desligamentos) passou de cerca de 10,7 milhões de postos no período de 2000 a 2009. A criação de empregos formais foi mais expressiva na segunda metade do período, entre 2004 e 2009, responsável por 6,5 milhões de postos. Mesmo em 2009, ano de desaceleração econômica em função da recessão mundial, foram criados cerca de 995 mil postos de trabalho. No período como um todo, entre 2000 e 2009, os homens ocuparam 58,4% dos postos de trabalho formal, enquanto outros 41,5% foram destinados às mulheres.

⁶ De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, compreende pessoas no mercado de trabalho celetista.

Para melhor caracterizar os indicadores sobre trabalho formal e informal, cabe a análise da população ocupada segundo a posição na ocupação. Entre as mulheres, houve um aumento na participação da categoria empregado com carteira assinada, de 24,2%, em 1999, para 30,3%, em 2009, sendo um resultado esperado em tempos de crescimento econômico e de criação de empregos, que afeta, principalmente, aqueles que historicamente têm acesso mais difícil ao mercado de trabalho, como as mulheres. Para as categorias de trabalhadoras não remuneradas e trabalhadoras na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, a participação percentual diminuiu neste período, de 18,7% para 11,6%. Essa redução tem aspectos positivos para a questão de gênero em função da desvalorização de tais situações de trabalho.

Entretanto, na categoria de trabalhadores domésticos, permanece alta a participação de mulheres nesta posição. Na América Latina, 14,0% das mulheres ocupadas estão na posição de trabalhadoras domésticas (NOTAS..., 2010), enquanto no Brasil a participação é de 16,9%. Como apontado em NOTAS... (2010), o trabalho doméstico remunerado é considerado como uma das ocupações com piores condições de trabalho: extensas jornadas de trabalho, baixa remuneração, baixa cobertura de proteção social. Na 99ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (OIT), ocorrida em 2010, um dos itens da agenda foi a inclusão das trabalhadoras domésticas no trabalho decente. O esforço é para que o trabalho doméstico seja reconhecido e valorizado.

A formalidade nas relações de trabalho é sempre superior para os homens. No caso das mulheres jovens, entre 16 e 19 anos, ocorre justamente uma inversão: o percentual de meninas é de 30,8% e o de meninos de 27,4%, ou seja, a informalidade é muito presente nesta faixa etária. Outro grupo onde a informalidade é muito expressiva é para pessoas de 60 anos ou mais, atingindo valores acima de 70%. No caso dos mais jovens, a alta inserção em trabalhos informais pode estar relacionada com a dificuldade de acesso a um primeiro “emprego” onde possam conciliar trabalho e estudos. No caso dos idosos ocorre o retorno de aposentados e pensionistas ao mercado de trabalho, especialmente, em trabalhos informais.

A formalidade é muito mais característica da mão-de-obra mais escolarizada. No entanto, verificou-se um ligeiro aumento dos trabalhos formais para aqueles que tinham até 3 anos de estudo, categoria que ainda apresenta baixo grau de proteção social (26,7% para homens e 17,4% para mulheres). No grupo de pessoas com 12 anos ou mais de estudo, a taxa de informalidade é claramente mais baixa, tanto para homens quanto para mulheres (24,4% e 24,9%, em 2009), mas apresentou pequeno aumento no período analisado. Vale dizer que, em particular, é neste grupo de escolaridade que se observa o menor diferencial de gênero em relação à participação de pessoas em trabalho informal.

O mercado de trabalho no Brasil é essencialmente urbano, dadas as características de ocupação do território. Desta forma, é importante também mostrar as diferenças

existentes quanto aos níveis de formalização do mercado de trabalho. Na área rural, mais de 3/4 das pessoas ocupadas encontravam-se em trabalhos informais.

Como mencionado anteriormente, a variável cor ou raça das pessoas diferencia a forma de inserção no mercado de trabalho. Entre as mulheres, 56,0% das brancas estão em trabalhos formais, entre as pretas e pardas, somente 40,9% encontram-se nesta mesma situação.

TABELA 2: Indicadores da oportunidade de trabalho:

Distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade em trabalho formal e informal, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça e situação do domicílio, Brasil – 1999/2009

Indicadores	1999 (1)				2009			
	Trabalho formal (%)		Trabalho informal (%)		Trabalho formal (%)		Trabalho informal (%)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total (2)	45,9	41,5	54,1	58,5	53,2	48,8	46,8	51,2
Grupos de idade								
16 a 19 anos	24,1	27,6	75,9	72,4	27,4	30,8	72,6	69,2
20 a 24 anos	45,4	44,8	54,6	55,2	56,4	52,3	43,6	47,7
25 a 44 anos	53,5	46,8	46,5	53,1	59,7	53,9	40,3	46,1
45 a 59 anos	46,0	39,1	54,0	60,9	54,6	47,4	45,4	52,6
60 a 64 anos	30,3	18,6	69,7	81,4	35,2	24,9	64,8	75,1
65 anos e mais	16,1	7,2	83,9	92,8	15,8	10,7	84,2	89,3
Grupos de anos de estudo								
Menos de 1 ano	17,8	11,0	82,2	89,0	21,8	13,8	78,2	86,2
1 a 3 anos	28,9	18,7	71,1	81,3	31,1	20,4	68,9	79,6
4 a 7 anos	43,0	29,4	57,0	70,5	42,8	30,1	57,2	69,9
8 anos	56,0	45,2	43,9	54,7	54,4	41,1	45,6	58,9
9 e 10 anos	55,1	45,1	44,9	54,9	51,2	37,5	48,8	62,5
11 anos	69,6	65,6	30,4	34,4	70,9	62,0	29,1	38,0
12 anos ou mais	76,2	78,0	23,8	22,0	75,6	75,1	24,4	24,9
Cor ou raça								
Branca	53,3	48,4	46,7	51,6	60,4	56,0	39,6	44,0
Preta	44,1	38,1	55,9	61,9	53,0	45,9	47,0	54,1
Parda	35,7	31,2	64,3	68,7	45,4	40,0	54,6	60,0
Preta e parda	36,7	32,1	63,3	67,8	46,5	40,9	53,5	59,1
Situação do domicílio								
Urbana	53,4	49,4	46,6	50,5	59,5	54,2	40,5	45,8
Rural	21,0	12,9	79,0	87,1	25,3	18,0	74,7	82,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo e cor ou raça.

2.2 Rendimento adequado e trabalho produtivo

“Uma remuneração adequada é aquela que assegure a trabalhadores de ambos os sexos o sustento próprio e da família e que seja livre de quaisquer formas de diferenciação que tenham por base a discriminação” (PERFIL...,2009).

Sem dúvida, a OIT conceitua de forma bastante ideal em relação ao que seria um rendimento do trabalho adequado e não discriminatório. As evidências empíricas trazidas pela PNAD mostram um quadro bastante distante desse conceito, especialmente em se tratando da questão de gênero. Basta observar que, mesmo com maior escolaridade, as mulheres têm rendimento médio inferior ao dos homens (Tabela 3 e Tabela A3, em anexo, com valores absolutos).

No Brasil, no período estudado, houve uma variação positiva real no rendimento médio do trabalho. No caso dos homens foi de 5,2%, enquanto para as mulheres a variação foi 8,4%⁷.

É importante registrar que o rendimento do trabalho se mostra diferenciado para os grupos populacionais. Sexo, grupo etário, escolaridade, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho são algumas variáveis relevantes para a análise do rendimento adequado do trabalho produtivo. Encontra-se na Tabela 3 um resumo desses resultados.

Para os grupos etários até os 59 anos de idade, há uma relação direta entre idade e renda média do trabalho principal. A partir daí a relação torna-se inversa, o que é esperado de acordo com a trajetória laboral dos indivíduos. Comparando os valores extremos, em 2009, a razão entre o rendimento médio do grupo de 45 a 59 anos (maior rendimento) e o de 16 a 19 anos (menor rendimento) foi de 3,5 vezes para os homens e 2,6 vezes para as mulheres.

A relação entre rendimento médio e escolaridade também tende a ser direta: quanto maior o nível de escolaridade, maior o rendimento médio do trabalho principal. O grupo de pessoas com 9 e 10 anos de estudo (ensino médio incompleto) é uma exceção nessa tendência. A razão entre o rendimento médio dos mais escolarizados (12 anos ou mais de estudo) e os menos escolarizados (menos de 1 ano de estudo) mostra um diferencial maior ainda do que o apresentado para os grupos etários para os casos extremos: homens mais escolarizados têm rendimento médio 6,1 vezes maior do que os menos escolarizados, e para as mulheres a razão é de 5,1 vezes. É importante destacar que os grupos com maior escolaridade tiveram uma diminuição no rendimento real entre 1999 e 2009; enquanto os menos escolarizados tiveram ganho real no mesmo período, fazendo que com o diferencial entre os extremos diminuísse no período.

Além disso, pode-se observar que o diferencial de rendimento médio entre brancos, pretos e pardos não se diferencia substancialmente por sexo, sendo que pessoas brancas têm rendimento médio 1,70 vezes maior que pretos e pardos. A razão entre o

⁷ É importante salientar que os dados de 2009 referem-se a informações do Brasil, enquanto em 1999 não foram coletadas informações da área rural da antiga região (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá). A estimativa da variação no período entre 1999 e 2009, com informações harmonizadas excluindo-se a área rural da antiga região Norte encontra-se na Tabela A4, no anexo.

rendimento médio no trabalho formal e no informal para as mulheres, de 2,20 vezes, é superior ao dos homens, de 1,86 vezes.

TABELA 3: Indicadores de rendimento adequado e trabalho produtivo:

Rendimento médio mensal no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, variação do rendimento médio, razão entre valores extremos do rendimento médio, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 1999/2009

Indicadores	Rendimento médio no trabalho principal				Variação 2009/1999 (%)		Razão entre extremos em cada variável analisada			
	1999 (1)		2009		Homem	Mulher	1999 (1)		2009	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher			Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total (2)	1157,65	794,51	1218,31	861,47	5,2	8,4	-	-	-	-
Grupos de idade										
16 a 19 anos	385,68	345,79	455,31	399,64	18,1	15,6	3,90	2,71	3,49	2,60
20 a 24 anos	669,15	532,31	722,66	604,23	8,0	13,5	2,25	1,76	2,20	1,72
25 a 44 anos	1262,71	881,35	1230,81	889,69	-2,5	0,9	1,19	1,06	1,29	1,17
45 a 59 anos	1505,78	936,81	1588,19	1038,54	5,5	10,9	-	-	-	-
60 a 64 anos	1064,68	831,99	1510,96	906,39	41,9	8,9	1,41	1,13	1,05	1,15
65 anos e mais	1133,73	574,96	1155,92	731,35	2,0	27,2	1,33	1,63	1,37	1,42
Grupos de anos de estudo										
Menos de 1 ano	402,58	275,3	496,27	345,87	23,3	25,6	9,61	7,60	6,15	5,09
1 a 3 anos	586,54	342,33	621,29	384,45	5,9	12,3	6,60	6,12	4,91	4,58
4 a 7 anos	829,9	440,33	800,31	465,01	-3,6	5,6	4,66	4,75	3,81	3,79
8 anos	1086,17	606,58	979,63	565,99	-9,8	-6,7	3,56	3,45	3,12	3,11
9 e 10 anos	970,59	540,25	831,24	510,26	-14,4	-5,6	3,99	3,87	3,67	3,45
11 anos	1617,39	883,69	1263,6	760,01	-21,9	-14,0	2,39	2,37	2,42	2,32
12 anos ou mais	3869,05	2093,4	3051,6	1761,54	-21,1	-15,9	-	-	-	-
Cor ou raça										
Branca	1490,49	989,31	1557,63	1062,75	4,5	7,4	-	-	-	-
Preta	696,86	495,69	887,31	615,96	27,3	24,3	2,14	2,00	1,76	1,73
Parda	724,76	500,37	887,74	634,84	22,5	26,9	2,06	1,98	1,75	1,67
Preta e parda	721,19	499,7	887,68	631,75	23,1	26,4	2,07	1,98	1,75	1,68
Situação do domicílio										
Urbano	1314,22	847,75	1327,77	895,71	1,0	5,7	-	-	-	-
Rural	555,99	378,2	646,52	481,6	16,3	27,3	2,36	2,24	2,05	1,86
Qualidade do posto de trabalho										
Trabalho formal	1603,69	1112,67	1529,47	1141,32	-4,6	2,6	-	-	-	-
Trabalho informal	725,91	461,09	821,2	518,69	13,1	12,5	2,21	2,41	1,86	2,20

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

Nota: Em reais de setembro de 2009. Excluído rendimento nulo e sem declaração de rendimento.

(1) Excluído a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo, cor ou raça, posição na ocupação e declaração de contribuição para instituto de previdência.

Com objetivo de elaborar uma interpretação apropriada para a percepção das iniquidades de remuneração do trabalho, realizou-se um ajuste pelo número de horas trabalhadas, uma vez que esta variável pode interferir diretamente no rendimento.

O rendimento recebido por hora pelos homens, em 1999, foi de R\$ 5,90 (em Reais de setembro de 2009), passando a R\$ 6,50 em 2009, o que corresponde a uma variação de 10,2% no período – Tabela 4 e Tabela A5, em anexo, com valores absolutos. A variação no rendimento por hora das mulheres foi maior (11,6%), provavelmente em

função de que cada vez mais ingressam no mercado de trabalho mulheres com maior escolaridade e possibilidades de melhor remuneração⁸.

A variação no rendimento médio ajustado pelo número de horas, observada no período, mostra-se maior para as mulheres do que para os homens nos grupos de até 7 anos de estudo. Nos grupos de 8 anos ou mais de estudo, houve uma diminuição no rendimento médio por hora, sendo que a perda foi maior para os homens mais escolarizados.

Mesmo tendo alta variação da renda por hora (cerca de 30%), pretos e pardos ainda apresentam rendimento 40% inferior ao dos brancos; assim como os trabalhadores da área rural, em relação aos trabalhadores da área urbana; e como os trabalhadores no informal em relação ao formal.

⁸ A estimativa da variação no período entre 1999 e 2009, com informações harmonizadas, excluindo-se a área rural da antiga região Norte, encontra-se na Tabela A6, no anexo.

TABELA 4: Indicadores de rendimento adequado e trabalho produtivo:

Rendimento médio mensal no trabalho principal, ajustado pelo número de horas trabalhadas, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, variação do rendimento médio e razão entre valores extremos do rendimento médio, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 1999/2009

Indicadores	Rendimento médio no trabalho principal ajustado pelo número de horas trabalhadas				Variação 2009/1999 (%)		Razão entre extremos, em cada variável analisada			
	1999 (1)		2009		Homem	Mulher	1999 (1)		2009	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher			Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total (2)	5,90	4,82	6,50	5,38	10,2	11,6	-	-	-	-
Grupos de idade										
16 a 19 anos	2,12	1,98	2,70	2,61	27,4	31,8	3,57	2,98	3,09	2,54
20 a 24 anos	3,49	3,10	3,93	3,61	12,6	16,5	2,17	1,90	2,12	1,83
25 a 44 anos	6,31	5,36	6,45	5,46	2,2	1,9	1,20	1,10	1,29	1,21
45 a 59 anos	7,56	5,90	8,33	6,62	10,2	12,2	-	-	-	-
60 a 64 anos	5,48	5,66	8,37	6,52	52,7	15,2	1,38	1,04	1,00	1,02
65 anos e mais	6,47	4,33	7,15	5,99	10,5	38,3	1,17	1,36	1,17	1,11
Grupos de anos de estudo										
Menos de 1 ano	2,12	1,81	2,76	2,42	30,2	33,7	10,06	7,44	6,22	4,64
1 a 3 anos	2,96	2,10	3,31	2,58	11,8	22,9	7,20	6,41	5,18	4,36
4 a 7 anos	4,11	2,62	4,18	2,99	1,7	14,1	5,19	5,14	4,11	3,76
8 anos	5,42	3,47	5,08	3,46	-6,3	-0,3	3,93	3,88	3,38	3,25
9 e 10 anos	5,08	3,22	4,48	3,22	-11,8	0,0	4,20	4,18	3,83	3,49
11 anos	8,34	5,34	6,66	4,48	-20,1	-16,1	2,56	2,52	2,58	2,51
12 anos ou mais	21,32	13,46	17,16	11,24	-19,5	-16,5	-	-	-	-
Cor ou raça										
Branca	7,54	6,01	8,25	6,55	9,4	9,0	-	-	-	-
Preta	3,57	2,9	4,76	3,87	33,3	33,4	2,11	2,07	1,73	1,69
Parda	3,73	3,06	4,77	4,03	27,9	31,7	2,02	1,96	1,73	1,63
Preta e parda	3,71	3,04	4,77	4,00	28,6	31,6	2,03	1,98	1,73	1,64
Situação do domicílio										
Urbano	6,69	5,10	7,06	5,54	5,5	8,6	-	-	-	-
Rural	2,84	2,50	3,52	3,30	23,9	32,0	2,36	2,04	2,01	1,68
Qualidade do posto de trabalho										
Trabalho formal	8,06	6,43	7,93	6,52	-1,6	1,4	-	-	-	-
Trabalho informal	3,75	2,96	4,55	3,65	21,3	23,3	2,15	2,17	1,74	1,79

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

Nota: Em reais de setembro de 2009. Excluído rendimento nulo e sem declaração de rendimento.

(1) Excluído a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo, cor ou raça, posição na ocupação e declaração de contribuição para instituto de previdência.

Quando se trata de rendimento, há que se considerar também a questão da não remuneração. No Brasil, desde 1992, a PNAD informa sobre a situação dos trabalhadores não remunerados. Na estrutura ocupacional, o trabalho não remunerado é compreendido pelos trabalhadores na produção para o próprio consumo, os trabalhadores na construção para o próprio uso e os trabalhadores não remunerados. Em 1999, entre os homens ocupados 6,2% eram não remunerados e, entre as mulheres ocupadas, 18,7% não tinham rendimento do trabalho principal. Em 2009, o percentual cai para 5,1% entre os homens e 11,6% para as mulheres. Essa redução, na nossa avaliação, tem aspectos positivos para a questão de gênero, uma vez que praticamente 1/5 da população feminina ocupada encontrava-se sem remuneração no final da década de 90, o que lhes conferia uma situação de precariedade e informalidade de trabalho.

No tocante à questão mais geral da remuneração no país, nesse período, há que se registrar que houve uma melhora. Um indicador que capta a desigualdade entre rendimentos dos trabalhadores é o número de ocupados com rendimento inferior a 2/3 da renda mediana. Tal medida é sugerida pelo PERFIL... (2009). Nesta perspectiva, os dados da PNAD informam que, o percentual de trabalhadores que recebem rendimento inferior a 2/3 do rendimento mediano diminuiu no período analisado: em 1999, era 27,5% dos homens ocupados e 41,2% das mulheres ocupadas, enquanto em 2009 correspondia a 16,7% dos homens ocupados e 25% das mulheres ocupadas – Tabela 5. A metodologia utilizada para calcular este indicador considera a situação da distribuição de renda em cada ano analisado, sem ajuste do efeito da inflação no período. Desta forma, em 1999, o rendimento mediano foi de R\$ 280,00 daquele ano, ou seja, sem nenhum ajuste de INPC, e 2/3 deste valor correspondia a R\$ 186,66, e o salário mínimo era de R\$ 136,00. Sendo assim, o ponto de corte foi acima do salário mínimo vigente naquela ocasião. Para 2009, a situação se altera: o ponto de corte (R\$ 408,00) é inferior ao salário mínimo vigente (R\$ 465,00)⁹.

Devido ao critério utilizado para mensurar o ponto de corte, observa-se que, em 1999, cerca de 14,5% dos trabalhadores com rendimento inferior a 2/3 do rendimento mediano eram empregados com carteira de trabalho assinada, e em 2009 este percentual reduz-se para cerca de 1%. Entre os homens, são principalmente os empregados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta própria que apresentam rendimento inferior a 2/3 do rendimento mediano. No caso das mulheres, adiciona-se a estas categorias a trabalhadora doméstica sem carteira de trabalho assinada. A situação destas, inclusive, é bastante preocupante: 67,1% das mulheres nesta categoria têm rendimento abaixo de 2/3 do rendimento mediano.

Esses dois indicadores referentes aos trabalhadores não remunerados e de desigualdade do rendimento do trabalho são complementares, e, ambos indicam que a situação do trabalhador, no que se refere especificamente ao rendimento recebido, apresentaram mudança favorável na agenda do trabalho decente.

⁹ Utilizando a metodologia que considera o efeito da inflação, neste caso, inflacionando o rendimento de 1999 (a valores de 2009), e utilizando o ponto de corte de 2009, o sentido do resultado não se altera. Os resultados para 1999 para os homens, são que 33,8% recebiam rendimento inferior a 2/3 do rendimento mediano; e para as mulheres, 48,3%. Os resultados para 2009 não se alteram.

TABELA 5: Indicadores de rendimento adequado e trabalho produtivo:

Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, pessoas ocupadas com rendimento inferior a 2/3 do rendimento mediano, distribuição percentual das pessoas ocupadas com rendimento inferior a 2/3 do rendimento mediano e respectiva proporção em relação às pessoas ocupadas, por sexo, segundo posição na ocupação, Brasil – 1999/2009

Posição na ocupação	Pessoas ocupadas		Pessoas ocupadas com rendimento inferior 2/3 rendimento mediano		Distribuição percentual dos ocupados com rendimento inferior 2/3 rendimento mediano, por sexo		Proporção de pessoas ocupadas com rendimento inferior 2/3 rendimento mediano em relação aos ocupados, por sexo e posição na ocupação	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1999 (1)								
Total (2)	38 056 504	22 709 932	10 463 419	9 355 352	100,0	100,0	27,5	41,2
Empregado com carteira	13 055 143	6 775 046	1 585 503	1 287 114	15,2	13,8	12,1	19,0
Empregado sem carteira	8 525 070	3 307 501	4 200 722	1 828 743	40,1	19,5	49,3	55,3
Trabalhador doméstico com carteira	161 417	1 195 190	60 575	547 969	0,6	5,9	37,5	45,8
Trabalhador doméstico sem carteira	198 786	3 611 460	115 893	2 781 153	1,1	29,7	58,3	77,0
Militar ou funcionário público estatutário	2 170 930	2 625 521	225 948	412 687	2,2	4,4	10,4	15,7
Conta própria	11 681 588	4 575 969	4 162 284	2 463 797	39,8	26,3	35,6	53,8
Empregador	2 259 318	615 492	110 351	33 307	1,1	0,4	4,9	5,4
2009								
Total	48 084 965	33 649 653	8 026 413	8 426 127	100,0	100,0	16,7	25,0
Empregado com carteira	20 162 114	11 493 793	54 939	115 910	0,7	1,4	0,3	1,0
Empregado sem carteira	9 659 241	4 850 254	3 677 085	1 739 330	45,8	20,6	38,1	35,9
Trabalhador doméstico com carteira	225 029	1 759 246		46 384	0,0	0,6	0,0	2,6
Trabalhador doméstico sem carteira	256 441	4 725 590	108 101	3 169 412	1,3	37,6	42,2	67,1
Militar ou funcionário público estatutário	2 788 453	3 716 561	12 516	18 264	0,2	0,2	0,4	0,5
Conta própria	12 166 502	6 110 591	4 086 742	3 302 233	50,9	39,2	33,6	54,0
Empregador	2 827 185	993 618	87 030	34 594	1,1	0,4	3,1	3,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

Nota: Exclui rendimento nulo e sem declaração de rendimento.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de posição na ocupação.

2.3 Igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho

É crucial para a mensuração da igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho, entre os sexos, a comparação do rendimento recebido, sendo o primeiro indicador a ser analisado. Em 2009, as mulheres ocupadas recebiam cerca de 70,7% do rendimento médio dos homens ocupados – Tabela 6. No mercado formal, essa razão chega a 74,6%, enquanto no mercado informal, é ainda maior o diferencial entre o rendimento de homens e mulheres (63,2%). Este diferencial no rendimento está certamente relacionado com a maior qualificação das pessoas no trabalho formal e com a média de horas trabalhadas, que é inferior para as mulheres em trabalhos informais.

Ao ajustar o rendimento médio de homens e mulheres pelo número de horas trabalhadas, observa-se que o diferencial de rendimento por sexo fica menor: as mulheres ocupadas recebem 82,7% do rendimento médio dos homens. O diferencial salarial entre mulheres e homens passa a ser praticamente o mesmo ao se analisar os trabalhadores no formal (82,2%) e no informal (80,2%).

Uma vez que o rendimento das mulheres é afetado pelo número de horas trabalhadas, a análise do diferencial de rendimento de homens e mulheres está concentrada no diferencial do rendimento ajustado pelo número de horas trabalhadas. Entre 1999 e 2009, o diferencial do rendimento entre homens e mulheres praticamente não se altera, passando de 81,8% para 82,7%.

Quando se tomam os grupos de idade como parâmetro analítico, o rendimento de homens e mulheres é mais igualitário nos grupos de 16 a 19 anos e de 20 a 24 anos de idade, ou seja, uma população mais jovem que, provavelmente, está em momento de inserção no mercado de trabalho.

O diferencial de rendimento entre homens e mulheres se mostra crescente com o aumento da escolaridade: entre os menos escolarizados o percentual é 87,5% enquanto para o grupo de 12 anos ou mais de estudo é de 65,5%. Uma possível explicação para isso é que, para o grupo com escolaridade mais elevada, a formação profissional e a inserção ocupacional das mulheres ainda ocorre nos tradicionais nichos femininos, como as atividades relacionadas ao serviço social, à saúde e à educação, que ainda são pouco valorizados no mercado de trabalho.

A cor ou raça dos indivíduos no Brasil tem revelado uma situação bastante diferenciada para aqueles que se declaram de cor branca e para aqueles que se declaram de cor preta, parda ou indígena. Na questão da remuneração, essa desigualdade é bastante evidente. Basta observar que, a disparidade salarial entre os sexos, segundo a cor, é maior para os brancos (79,3%) do que para os pretos e pardos (83,9%). Esse resultado também reflete a grande diferenciação de escolaridade entre brancos, pretos e pardos, que vem diminuindo ao longo da história, mas ainda permanece bastante desigual.

Quando se comparam as diferenças de remuneração entre mulheres, levando em consideração a cor, verifica-se que mulheres pretas e pardas recebem 61,1% do rendimento das brancas. Para os homens a razão é de 57,8%. Desta maneira, a situação menos favorável ocorre quando se considera a razão do rendimento de mulheres pretas e pardas em relação ao de homens brancos que é de 48,5%.

O rendimento médio das trabalhadoras moradoras da área rural corresponde a 94,0% do rendimento dos homens; enquanto para aquelas moradoras nas áreas urbanas, o diferencial em relação aos homens é de 78,6%.

TABELA 6: Indicadores de igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho:

Percentual do rendimento médio no trabalho principal das mulheres de 16 anos ou mais de idade em relação ao dos homens e percentual do rendimento médio no trabalho principal das mulheres de 16 anos ou mais de idade em relação ao dos homens, ajustado pelo número de horas trabalhadas, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 1999/2009

Indicadores	Percentual do rendimento médio das mulheres em relação ao dos homens, sem ajuste pelo número de horas trabalhadas		Percentual do rendimento médio das mulheres em relação ao dos homens, com ajuste pelo número de horas trabalhadas	
	1999 (1)	2009	1999 (1)	2009
Total (2)	68,6	70,7	81,8	82,7
Grupos de idade				
16 a 19 anos	89,7	87,8	93,3	96,8
20 a 24 anos	79,6	83,6	89,0	91,9
25 a 44 anos	69,8	72,3	84,7	84,7
45 a 59 anos	62,2	65,4	77,8	79,4
60 a 64 anos	78,1	60,0	103,0	77,9
65 anos e mais	50,7	63,3	66,9	83,7
Grupos de anos de estudo				
Menos de 1 ano	68,4	69,7	85,0	87,5
1 a 3 anos	58,4	61,9	71,2	77,9
4 a 7 anos	53,1	58,1	63,8	71,5
8 anos	55,9	57,8	64,2	68,1
9 e 10 anos	55,7	61,4	63,2	72,0
11 anos	54,6	60,2	64,2	67,3
12 anos ou mais	54,1	57,7	63,2	65,5
Cor ou raça				
Branca	66,4	68,2	79,7	79,3
Preta	71,1	69,4	81,1	81,3
Parda	69,0	71,5	82,1	84,4
Preta e parda	69,3	71,2	81,8	83,9
Situação do domicílio				
Urbano	64,5	67,5	76,1	78,6
Rural	68,0	74,5	88,2	94,0
Qualidade do posto de trabalho				
Trabalho formal	69,4	74,6	79,8	82,2
Trabalho informal	63,5	63,2	79,0	80,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

Nota: Excluído rendimento nulo e sem declaração de rendimento.

(1) Excluído a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo, cor ou raça, posição na ocupação e declaração de contribuição para instituto de previdência.

Para se dimensionar o diferencial de remuneração tendo em vista que a escolaridade das mulheres tem sido registrada como superior a dos homens, é interessante verificar para algumas ocupações de nível superior, as desigualdades de rendimento de homens e mulheres são diferenciadas.

No caso dos médicos, o diferencial de rendimento de homens e mulheres é menor, se comparado ao da população como um todo – Tabela 7 e Tabela A7, em anexo, com valores absolutos. Utilizando grupos etários para comparação, a razão entre o

rendimento das mulheres médicas e dos homens é maior no grupo de 40 a 49 anos, atingindo 81,8%; enquanto para a população como um todo é de 59,1%. Já no grupo dos professores, as mulheres, com 16 a 24 anos, recebem em média 96,8% do que recebem os homens. Neste caso, este é o grupo em que o diferencial é menor dentre as ocupações e os grupos etários analisados. Entretanto, nos demais grupos etários há uma tendência de aumento na desigualdade no rendimento de homens e mulheres dos professores.

TABELA 7: Indicadores de igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho:

Percentual do rendimento médio no trabalho principal das mulheres de 16 anos ou mais em relação ao dos homens, para pessoas com 12 anos ou mais de estudo, por ocupações selecionadas, segundo grupos de idade, Brasil – 2009

Grupos etários	Total	Médicos	Professores
Total	57,7	70,5	62,3
16 a 24 anos	76,7	65,5	96,8
25 a 39 anos	62,0	71,5	68,7
40 a 49 anos	59,1	81,8	59,3
50 a 59 anos	56,2	74,4	58,0
60 anos e mais	52,5	74,0	62,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.
Nota: Exclusive rendimento nulo e sem declaração de rendimento.

A divisão sexual do trabalho pode ser entendida pela atribuição de papéis ao homem e à mulher por meio da articulação entre as esferas produtivas. Nessa linha teórica, para a mulher, o mundo do trabalho seria um prolongamento do universo doméstico, ou seja, a posição da mulher na divisão social e sexual do trabalho determina a responsabilidade por tarefas domésticas e posições subalternas na hierarquia produtiva. Quando se analisam indicadores de mercado de trabalho, tendo em vista a perspectiva de gênero, observa-se uma tendência de subvalorizar atividades femininas. Neste contexto, procurou-se explorar os dados referentes à inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho nos diferentes grupamentos de atividades, caracterizando possíveis diferenças.

Em determinados grupamentos de atividades, como “transporte, armazenagem e comunicação”, “construção” e “outras atividades industriais”, a razão entre o rendimento de mulheres e homens é alta (superior a 97%), sendo inclusive a situação mais favorável às mulheres para a categoria “construção” – Tabela 8. No entanto, essas são atividades em que há poucas mulheres (1,6%, 0,5% e 0,3% do total de ocupadas). Na “indústria de transformação”, em que homens e mulheres têm participação semelhante em relação à população ocupada, as mulheres recebem 56,2% do rendimento dos homens; enquanto no “comércio e reparação”, a razão chega a 66,3%. Em atividades em que as mulheres têm grande participação, como “educação, saúde e serviços sociais” e “serviços domésticos”, elas têm rendimento cerca de 58,6% e 68,7% em relação ao dos homens.

TABELA 8: Indicadores de igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho:

Pessoas ocupadas de 16 anos ou mais de idade, respectivo rendimento médio no trabalho principal, por sexo, percentual do rendimento médio no trabalho principal das mulheres em relação ao dos homens e distribuição percentual da população ocupada, por sexo, por grupamentos de atividade no empreendimento do trabalho principal, Brasil – 2009

Grupamentos de atividade no empreendimento do trabalho principal	Pessoas ocupadas		Rendimento médio no trabalho principal		Percentual do rendimento médio das mulheres em relação ao dos homens	Distribuição percentual da população ocupada, por sexo	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher		Homem	Mulher
Total	51 890 429	38 861 000	1218,31	861,47	70,7	100,0	100,0
Agrícola	10 224 266	4 642 064	645,14	439,85	68,2	19,7	11,9
Outras atividades industriais	671 120	110 423	1942,01	1927,95	99,3	1,3	0,3
Indústria de transformação	7 827 954	4 828 700	1273,19	716,09	56,2	15,1	12,4
Construção	6 634 620	190 332	863,30	1352,11	156,6	12,8	0,5
Comércio e reparação	9 568 918	6 524 053	1144,22	758,42	66,3	18,4	16,8
Alojamento e alimentação	1 638 533	1 872 015	999,41	687,49	68,8	3,2	4,8
Transporte, armazenagem e comunicação	3 794 873	606 539	1316,26	1286,01	97,7	7,3	1,6
Administração pública	2 875 402	1 875 318	2096,97	1699,29	81,0	5,5	4,8
Educação, saúde e serviços sociais	2 066 294	6 591 487	2033,15	1191,33	58,6	4,0	17,0
Serviços domésticos	491 538	6 550 908	575,01	395,21	68,7	0,9	16,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1 551 607	2 315 138	1199,40	766,02	63,9	3,0	6,0
Outras atividades	4 363 050	2 739 254	1931,11	1313,94	68,0	8,4	7,0
Atividades maldefinidas	182 254	14 769				0,4	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclui rendimento nulo e sem declaração de rendimento.

Uma informação complementar na caracterização das mulheres no mercado de trabalho é quando se analisa a inserção por grupamentos ocupacionais.

A maior concentração de mulheres na estrutura ocupacional encontra-se na categoria de “trabalhadores dos serviços”, correspondendo a 31,4% – Tabela 9. No caso dos homens, a concentração ocorre na categoria de “trabalhadores da produção de bens e serviços de reparação e manutenção”, com 35,2%. Um ponto aparentemente positivo é que na categoria “dirigentes em geral”, normalmente associada a uma atribuição de poder, o percentual de homens ocupados (5,7%) é pouco superior ao de mulheres (4,2%). Por outro lado, nesta categoria a maioria (64,0%) é homem, sendo somente 36,0% mulheres.

TABELA 9: Indicadores de igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho:

Pessoas ocupadas de 16 anos ou mais de idade, respectiva distribuição percentual, por sexo, e distribuição percentual em relação ao total de pessoas ocupadas, por grupamento ocupacional do trabalho principal, Brasil – 2009

Grupamento ocupacional do trabalho principal	Pessoas ocupadas		Distribuição percentual, por sexo		Distribuição percentual, em relação ao total de pessoas ocupadas		
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Total
Total	51 890 429	38 861 000	100,0	100,0	57,2	42,8	100,0
Dirigentes em geral	2 938 999	1 649 851	5,7	4,2	3,2	1,8	5,1
Profissionais das ciências e das artes	2 779 837	4 259 194	5,4	11,0	3,1	4,7	7,8
Técnicos de nível médio	3 769 952	2 955 332	7,3	7,6	4,2	3,3	7,4
Trabalhadores de serviços administrativos	3 316 926	5 154 693	6,4	13,3	3,7	5,7	9,3
Trabalhadores dos serviços	6 025 901	12 204 812	11,6	31,4	6,6	13,4	20,1
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	4 014 373	4 476 286	7,7	11,5	4,4	4,9	9,4
Trabalhadores agrícolas	10 114 646	4 624 193	19,5	11,9	11,1	5,1	16,2
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	18 241 325	3 490 193	35,2	9,0	20,1	3,8	23,9
Membros das forças armadas e auxiliares	688 470	46 446	1,3	0,1	0,8	0,1	0,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

2.4 Jornada de trabalho decente

Um aspecto relevante para a compreensão do diferencial de rendimento entre homens e mulheres é o número de horas trabalhadas na jornada semanal. Enquanto a média, em 2009, para as mulheres foi de 36,5 horas (em todos os trabalhos), para os homens foi de 43,9 horas¹⁰ – Tabela 10 e Tabela A8, em anexo, com valores absolutos. Como esperado, os homens, culturalmente responsáveis pelo trabalho produtivo, apresentaram um número de horas trabalhadas maior do que as mulheres. Um breve perfil da jornada das mulheres mostra que: o menor número de horas trabalhadas ocorre entre as jovens de 16 a 19 anos, as idosas de 60 anos ou mais, aquelas com menor escolaridade, as moradoras da área rural, e as que estão em trabalhos informais.

Nos trabalhos informais, o número de horas trabalhadas foi de 30,7 para as mulheres, em contraste com os homens, 40,8. O fato das mulheres terem uma menor jornada, por um lado reflete a precarização do trabalho, mas, em compensação, a menor jornada permite compatibilizar atividades laborais e domésticas, além dos cuidados com crianças ou idosos. Chama-se atenção para o fato de que, tanto para as mulheres quanto para os homens, a média de horas trabalhadas nas ocupações formais é próximo: para os homens o número médio de horas é 44,8 e para as mulheres a média é 40,7.

¹⁰ A jornada semanal de 48 horas de trabalho foi estabelecida no Brasil em 1943 por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e modificada em 1988, pela Constituição Federal, sendo reduzida para 44 horas.

TABELA 10: Indicadores de jornada de trabalho decente:

Média de horas semanais trabalhadas, em todos trabalhos e no trabalho principal, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 1999/2009

Indicadores	1999 (1)			2009		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total (em todos os trabalhos) (2)	42,0	45,9	36,3	40,7	43,9	36,5
Grupos de idade						
16 a 19 anos	38,6	39,7	36,8	36,0	37,3	34,0
20 a 24 anos	42,0	44,5	38,2	40,8	42,8	38,0
25 a 44 anos	43,3	47,6	34,7	42,1	45,4	35,9
45 a 59 anos	42,1	47,3	34,7	41,2	45,2	35,9
60 a 64 anos	38,4	44,4	27,8	37,1	41,8	29,3
65 anos e mais	33,1	37,9	23,0	30,3	34,6	22,1
Grupos de anos de estudo						
Menos de 1 ano	38,8	44,5	28,8	36,8	41,4	28,0
1 a 3 anos	41,1	45,9	32,6	39,0	43,5	30,9
4 a 7 anos	43,0	46,9	39,8	40,6	44,4	37,3
8 anos	44,1	46,8	39,8	41,9	44,9	37,3
9 e 10 anos	41,8	44,1	38,7	40,1	42,8	36,1
11 anos	42,5	45,8	38,9	42,4	44,8	39,6
12 anos ou mais	41,5	44,5	38,5	40,6	43,2	38,4
Cor ou raça						
Branca	42,4	46,3	37,0	41,3	44,3	37,4
Preta	42,3	45,2	38,0	40,8	43,9	36,6
Parda	41,2	45,4	35,2	40,1	43,5	35,4
Preta e parda	41,4	45,3	35,2	40,2	43,6	35,4
Situação do domicílio						
Urbano	42,9	46,0	38,5	41,5	44,3	38,0
Rural	38,7	45,5	28,0	36,9	42,3	27,9
Total (no trabalho principal) (2)						
Trabalho formal	44,0	46,3	40,2	43,1	44,8	40,7
Trabalho informal	38,6	43,4	32,0	36,2	40,8	30,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo, cor ou raça, posição na ocupação e declaração de contribuição para instituto de previdência.

Outra diferença com relação à participação de homens e mulheres no mercado de trabalho refere-se à distribuição destes nos grupos de jornada de trabalho: enquanto 39,4% dos homens ocupados têm jornadas acima de 45 horas de trabalho semanais, entre as mulheres a participação chega a 23,1% – Tabela 11. Nas jornadas de trabalho muito longas, acima de 48 horas semanais, encontram-se 22,5% dos homens ocupados e 12,4% das mulheres ocupadas. As mulheres predominam nas jornadas mais curtas, que tanto permitem conciliar o trabalho produtivo com os cuidados com a família quanto podem significar menor grau de proteção social. Do total de mulheres ocupadas, 34,8% trabalham menos de 35 horas semanais, sendo 12,7% até 20 horas e 22,1% entre 21 e 34 horas; para os homens ocupados esses valores chegam a 13,3%, 3,2% e 10,1%, respectivamente.

Em alguns países, além das informações sobre o número de horas trabalhadas, questões relacionadas a trabalhos de meio período são levantadas: para aquelas

peças que trabalharam menos horas que as de uma jornada de trabalho regulamentar, investiga-se se a mesma desejava trabalhar mais horas e se havia disponibilidade para trabalhar horas adicionais. Uma vez que o conceito de trabalho é ampliado, considerando pessoas que trabalharam mais do que uma hora na semana, por vezes se pode incluir pessoas ativas com capacidade produtiva sub utilizada. Neste caso, questões adicionais seriam importantes para mensurar e qualificar as pessoas que mesmo sendo considerados ocupadas, têm capacidade produtiva superior àquela que está sendo medida. No caso do Brasil não há este tipo de levantamento de informação, o que impede uma análise mais detalhada sobre esta questão.

TABELA 11: Indicadores de jornada de trabalho decente:

Pessoas ocupadas de 16 anos ou mais de idade, respectiva distribuição percentual, distribuição percentual em relação ao total de pessoas ocupadas, por classe de horas trabalhadas em todos os trabalhos, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 2009

Indicadores	Pessoas ocupadas		Distribuição percentual, por sexo		Distribuição percentual, em relação ao total de pessoas ocupadas			Distribuição percentual, por classe de horas trabalhadas	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	51 890 429	38 861 000	100,0	100,0	57,2	42,8	100,0	57,2	42,8
Até 20 horas	1 642 172	4 945 494	3,2	12,7	1,8	5,4	7,3	24,9	75,1
21 a 34 horas	5 242 684	8 593 794	10,1	22,1	5,8	9,5	15,2	37,9	62,1
35 a 44 horas	24 561 435	16 354 839	47,3	42,1	27,1	18,0	45,1	60,0	40,0
Mais de 45 horas	20 444 138	8 966 873	39,4	23,1	22,5	9,9	32,4	69,5	30,5
Até 48 horas	40 198 877	34 058 662	77,5	87,6	44,3	37,5	81,8	54,1	45,9
Mais de 48 horas	11 691 552	4 802 338	22,5	12,4	12,9	5,3	18,2	70,9	29,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A posição dos trabalhadores na ocupação é muito importante para se entender questões referentes a sua jornada de trabalho. Em ambos sexos, é elevado o percentual de empregadores e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada que têm acima de 45 horas semanais de trabalho – Tabela 12 e Tabela A9, em anexo, com valores absolutos. Entre as mulheres, cerca de 21,5% das trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho; 21,4% das trabalhadoras conta própria; 67,0% das trabalhadoras não remuneradas; 67,7% das trabalhadoras na produção para próprio consumo e 21,7% das que trabalham na produção para o próprio uso têm jornada de trabalho de até 20 horas semanais.

TABELA 12: Indicadores de jornada de trabalho decente:

Distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas, por sexo e classe de horas trabalhadas em todos os trabalhos, segundo posição na ocupação, Brasil – 2009

Posição na ocupação	Homem					Mulher				
	Até 20 horas	21 a 34 horas	35 a 44 horas	Mais de 45 horas	Total	Até 20 horas	21 a 34 horas	35 a 44 horas	Mais de 45 horas	Total
Total	3,2	10,1	47,3	39,4	100,0	12,7	22,1	42,1	23,1	100,0
Empregado com carteira de trabalho assinada	0,4	2,5	58,7	38,4	100,0	0,7	7,7	65,1	26,5	100,0
Militar	0,6	4,9	69,2	25,3	100,0	0,0	5,4	77,6	16,9	100,0
Funcionário público estatutário	0,7	11,5	62,8	25,0	100,0	1,2	27,9	57,6	13,3	100,0
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	3,5	14,3	44,6	37,6	100,0	7,9	28,5	41,0	22,6	100,0
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	0,1	3,7	35,0	61,2	100,0	2,0	10,0	47,6	40,4	100,0
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	9,8	21,2	26,0	43,1	100,0	21,5	28,3	26,5	23,7	100,0
Conta própria	4,6	14,8	36,0	44,6	100,0	21,4	32,3	23,2	23,1	100,0
Empregador	2,1	5,8	31,0	61,1	100,0	4,0	12,6	34,5	48,9	100,0
Não remunerado	23,8	34,2	27,3	14,7	100,0	67,0	25,3	5,5	2,2	100,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	17,5	28,1	35,1	19,4	100,0	67,7	12,9	10,5	8,9	100,0
Trabalhador na construção para o próprio uso	15,2	36,3	26,0	22,6	100,0	21,7	42,6	19,6	16,1	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

2.5 Combinação entre trabalho, vida familiar e vida pessoal

O menor tempo dedicado ao trabalho produtivo, pelas mulheres, pode ser considerado um reflexo direto do maior tempo dedicado aos afazeres domésticos e aos cuidados com familiares. As tarefas domésticas, nas sociedades contemporâneas, não são valorizadas pela ótica econômica – não constitui parcela do PIB – ou seja, foram culturalmente atribuídas às mulheres provavelmente em função da maternidade. Essas atividades acabaram por se tornar invisíveis. Entretanto, já existe um movimento de estudiosos para se contabilizar o trabalho doméstico no cálculo do PIB. No entanto, no Brasil, este ainda é um esforço incipiente, porém este é um esforço extremamente válido e importante para promover sua valorização na sociedade.

Para as mulheres, a conciliação entre vida profissional e cuidados com a família pode gerar dificuldades na área produtiva, como menor inserção no mercado de trabalho, remuneração mais baixa, entradas e saídas do mercado de trabalho, prosseguimento na carreira, limitado acesso a postos de chefia/liderança, acesso a recursos produtivos.

No Brasil, a média de horas gastas pelas mulheres em afazeres domésticos é mais do que o dobro da média de horas dos homens. Em 2009, enquanto as mulheres ocupadas gastaram em média 22,0 horas em afazeres domésticos, os homens gastaram, em média, 9,5 horas – Tabela 13 e Tabela A10, em anexo, com valores absolutos.

Apesar do aumento da taxa de atividade das mulheres, essas permanecem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. As informações estatísticas acerca do uso do tempo gasto nas diversas atividades do dia a dia é de fundamental importância para se obter estimativas mais precisas sobre a chamada “dupla jornada” e, assim, ser possível a elaboração de políticas públicas que promovam maior qualidade de vida às pessoas, em especial às mulheres, que ainda hoje são as principais responsáveis pelo cuidado do lar.

A questão dos afazeres domésticos vista pela escolaridade mostra que as mulheres com 12 anos ou mais de estudo passam menor tempo se dedicando aos afazeres domésticos, 17,0 horas semanais, quando comparado às mulheres com menos de 1 ano de estudo, 27,1 horas semanais.

Esse resultado ocorre, por um lado, porque as mulheres com maior escolaridade dedicam mais horas ao trabalho produtivo do que as mulheres com menor escolaridade e, por outro lado, considerando a correlação entre escolaridade e renda, estas possuem mais recursos econômicos que permitem, por exemplo, a contratação de serviços de outras mulheres trabalhadoras domésticas, o que acaba por, cada vez mais, gerar desigualdades entre segmentos de mulheres. Tal dilema vem sendo estudado por especialistas, que têm observado a questão da imigração de mulheres mais pobres para serem trabalhadoras domésticas das mulheres empoderadas dos países desenvolvidos. Essa situação das trabalhadoras domésticas tem sido muito discutida, tendo em vista que além do trabalho que executam no mercado de trabalho, também são responsáveis pelas tarefas domésticas em seus domicílios. Outro fenômeno que surge dessa realidade é a transferência do trabalho doméstico para as crianças. Tais situações são mais adversas especialmente nos domicílios mais pobres, onde é frequente a ocupação de mulheres como trabalhadoras domésticas.

TABELA 13: Indicadores de combinação entre trabalho, vida familiar e vida pessoal:

Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos, para pessoas de 16 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 2009

Indicadores	Total			Ocupadas		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total (1)	21,2	10,5	26,6	16,7	9,5	22,0
Grupos de idade						
16 a 19 anos	15,0	9,1	18,3	12,1	8,2	15,2
20 a 24 anos	17,6	9,1	21,8	13,6	8,6	17,3
25 a 44 anos	21,1	9,9	29,4	16,8	9,5	23,9
45 a 59 anos	23,3	11,1	29,4	18,1	10,0	23,9
60 a 64 anos	25,5	12,4	31,9	18,9	10,3	26,5
65 anos e mais	23,5	13,6	28,0	18,4	11,1	25,7
Grupos de anos de estudo						
Menos de 1 ano	24,1	12,1	29,8	19,2	10,7	27,1
1 a 3 anos	23,9	11,3	30,5	18,8	10,1	26,5
4 a 7 anos	23,2	10,7	28,1	18,1	9,6	23,3
8 anos	21,8	10,5	28,1	17,1	9,7	23,3
9 e 10 anos	18,9	9,8	23,7	15,6	9,1	20,7
11 anos	20,1	10,3	25,0	16,1	9,6	20,4
12 anos ou mais	16,2	9,1	19,6	14,0	8,5	17,0
Cor ou raça						
Branca	20,7	10,2	25,9	16,1	9,2	20,9
Preta	20,6	10,8	26,2	16,6	9,9	22,0
Parda	21,9	10,7	27,4	17,5	9,8	23,0
Preta e parda	21,7	10,7	27,4	17,3	9,9	23,0
Situação do domicílio						
Urbano	21,0	10,5	26,2	16,2	9,5	21,0
Rural	22,4	10,4	29,0	19,2	9,9	27,0
Qualidade do posto de trabalho						
Trabalho formal				14,2	9,1	18,5
Trabalho informal				19,2	10,0	25,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo, cor ou raça, posição na ocupação e declaração de contribuição para instituto de previdência.

Outro aspecto relacionado com a conciliação entre trabalho produtivo, reprodutivo e vida pessoal refere-se ao tempo de deslocamento da casa para o trabalho. Em 2009, cerca de 78,1% dos trabalhadores iam direto da casa para o trabalho. Destes, a maior parte (68,1%) gastava menos de 30 minutos neste trajeto, enquanto 9,5% gastava mais de 1 hora – Tabela 14.

TABELA 14: Indicadores de combinação entre trabalho, vida familiar e vida pessoal:
Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por classe de tempo de deslocamento da casa para o trabalho, respectiva distribuição percentual, por sexo, distribuição percentual em relação ao total de pessoas ocupadas e distribuição percentual por classe de tempo de deslocamento da casa para o trabalho
Brasil – 2009

Tempo de deslocamento casa - trabalho	Pessoas ocupadas		Distribuição percentual, por sexo		Distribuição percentual, em relação ao total de pessoas ocupadas			Distribuição percentual, por classe de tempo de deslocamento	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	39 867 435	28 172 749	100,0	100,0	58,6	41,4	100,0	58,6	41,4
Até 30 minutos	26 654 884	19 712 905	66,9	70,0	39,2	29,0	68,1	57,5	42,5
Mais de 30 até 1 hora	9 219 768	6 007 175	23,1	21,3	13,6	8,8	22,4	60,5	39,5
Mais de 1 até 2 horas	3 141 498	2 099 967	7,9	7,5	4,6	3,1	7,7	59,9	40,1
Mais de 2 horas	851 285	352 702	2,1	1,3	1,3	0,5	1,8	70,7	29,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

2.6 Seguridade social

Assim como observado para outros indicadores relacionados ao mercado de trabalho, também no aspecto da seguridade social constata-se um aumento no percentual de trabalhadores que contribuíam para instituto de previdência, em praticamente todas as categorias de posição na ocupação, no período estudado. Em 2009, dentre os homens ocupados, 55,5% contribuíam para a previdência e entre as mulheres, 53,5% – Tabela 15 e Tabela A11, em anexo, com valores absolutos.

Para algumas posições na ocupação que normalmente têm menor proteção social, como empregado sem carteira e trabalhador na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, o percentual de mulheres ocupadas que contribuem para instituto de previdência (27,7% e 9,3%, respectivamente) é superior ao de homens (13,7% e 4,4%). Na categoria dos trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, é baixo o percentual de pessoas que contribuem para instituto de previdência: 6,3% dos homens e 5,3% das mulheres.

Para os trabalhadores conta própria, que correspondem a 20,7% das pessoas ocupadas, 18,1% dos homens e 15,1% das mulheres contribuíam para instituto de previdência. Na categoria de empregador, que corresponde a pequena parte das pessoas ocupadas (4,4%) e tem percentual mais expressivo de homens, a maioria das mulheres (68,0%) e menor parte de homens (58,1%) eram cobertos por instituto de previdência.

TABELA 15: Indicadores de proteção social:

Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, pessoas que contribuíam para instituto de previdência em qualquer trabalho na semana de referência e respectiva distribuição percentual em relação às pessoas ocupadas, por posição na ocupação e sexo, Brasil – 1999/2009

Posição na ocupação	Pessoas ocupadas		Contribuintes da previdência (e distribuição percentual)		Percentual de contribuintes da previdência, em relação aos ocupados	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1999 (1)						
Total (2)	41 451 621	28 351 101	19 373 129	12 470 202	46,7	44,0
Empregado com carteira	31,8	24,2	68,1	54,9	100,0	100,0
Empregado sem carteira	20,8	11,8	3,2	4,0	7,2	15,1
Trabalhador doméstico com carteira	0,4	4,2	0,8	9,6	100,0	100,0
Trabalhador doméstico sem carteira	0,5	12,9	0,0	0,9	2,8	2,9
Militar ou funcionário público estatutário	5,3	9,3	9,9	21,2	87,0	99,9
Conta própria	29,2	16,6	10,7	5,0	17,1	13,3
Empregador	5,7	2,3	7,0	3,5	58,1	68,0
Trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	4,6	10,5	0,1	0,7	0,9	2,9
Outro trabalho não remunerado	1,6	8,1	0,0	0,1	0,8	0,3
2009						
Total	51 890 429	38 861 000	28 803 241	20 796 674	55,5	53,5
Empregado com carteira	39,7	30,3	71,6	56,5	100,0	100,0
Empregado sem carteira	18,9	12,7	4,7	6,6	13,7	27,7
Trabalhador doméstico com carteira	0,4	4,6	0,8	8,5	100,0	100,0
Trabalhador doméstico sem carteira	0,5	12,3	0,1	1,2	6,3	5,3
Militar ou funcionário público estatutário	5,5	9,7	9,0	18,2	90,8	99,7
Conta própria	24,2	16,2	7,9	4,6	18,1	15,1
Empregador	5,7	2,7	5,8	3,3	56,5	64,9
Trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	2,5	5,9	0,2	1,0	4,4	9,3
Outro trabalho não remunerado	2,6	5,6	0,1	0,1	2,1	1,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de posição na ocupação.

Entre os fatores relacionados com a contribuição para instituto de previdência dos empregadores percebe-se que aqueles que contribuem, em média, têm maior número de anos de estudo, de horas semanais trabalhadas e rendimento mais alto que aqueles que não contribuem. O diferencial de renda dos contribuintes, entre os sexos, é mais expressivo do que para os não contribuintes – Tabela 16. Em média, homens contribuintes têm renda de R\$ 4 097,10 e as mulheres R\$ 2 922,20, ou seja, o rendimento deles é 40% maior que o delas; enquanto para não contribuintes são de R\$ 2 268,70 e R\$ 2 014,30, 12,6% maior.

TABELA 16: Indicadores de proteção social:

Características das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência na categoria de empregadores, segundo contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho na semana de referência, Brasil – 2009

Indicadores	Total		Contribuintes		Não contribuintes	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Média de anos de estudo	9,5	11,2	10,6	11,8	7,9	9,9
Média de idade	44,8	42,7	44,4	42,5	45,3	43,0
Média de horas trabalhadas no trabalho principal	48,2	44,6	49,0	45,1	47,1	43,7
Média de rendimento no trabalho principal	3298,0	2605,3	4097,1	2922,2	2268,7	2014,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

3. Considerações Finais

Este estudo buscou caracterizar determinados aspectos do arcabouço conceitual da agenda de trabalho decente, para o caso do Brasil, e, especialmente, na questão de gênero. Os indicadores utilizados mostraram que a situação é bem diferenciada para homens e mulheres, no que se refere a cada um dos eixos do trabalho decente analisados: oportunidade de emprego; rendimento adequado e trabalho produtivo; jornada de trabalho; combinação entre vida profissional, pessoal e familiar; igualdade de oportunidade e tratamento no emprego e seguridade social.

A elaboração deste estudo evidencia o grande potencial das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que foi a fonte principal de dado, em diferentes aspectos de um tema abrangente, como a agenda de trabalho decente.

Para a análise da relação entre mercado de trabalho e gênero, é necessário um maior detalhamento da informação sobre jornada de trabalho e afazeres domésticos.

No que se refere à jornada de trabalho, a abordagem seria enriquecida se pudesse contar com quesitos¹¹ como: tipo de jornada de trabalho (tempo integral ou parcial); tipo de trabalho em tempo parcial (redução nas horas trabalhadas diariamente ou no número de dias/semanas/meses); motivos para ter escolhido trabalho em tempo parcial; motivos por não optar ou não estar disponível para trabalho em tempo integral; para trabalhadores em tempo integral pergunta sobre disponibilidade de alteração de horário para trabalho em tempo parcial, em turnos ou trabalho noturno; qual principal necessidade para organizar horário de trabalho (opções de resposta: familiar, pessoal, profissional); no caso de necessidade familiar, qual tipo (opções de resposta: cuidado com filho, assistir um idoso ou doente, conciliar horário de trabalho com o do parceiro, ficar mais tempo com família, outra exigência familiar).

¹¹ Os quesitos citados são alguns que foram selecionados da Pesquisa de Uso do Tempo da Itália, realizada em 2002-2003. O questionário completo desta pesquisa está disponível em: http://www.istat.it/strumenti/rispondenti/indagini/famiglia_societa/usodeltempo/2002_2003/mod13a.pdf

Na PNAD, a informação relativa aos afazeres domésticos restringe-se a duas perguntas: se a pessoa cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência e o número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos. Considerando o diferencial por sexo no número de horas gastas em afazeres domésticos e da repercussão desta questão em outras esferas da vida familiar, produtiva e pessoal, certamente tornariam a análise da questão de gênero mais detalhada e rica. Um módulo da Pesquisa da Força de Trabalho, realizada na União Européia, em 2005, contou com quesitos importantes relacionados a este tema: principal tipo de cuidado com crianças e jovens de até 14 anos; se a pessoa também cuida de outras pessoas de até 14 anos, doentes, portadores de deficiência ou idosos que necessitam de cuidados; se a pessoa que cuida gostaria de mudar a organização de seu trabalho ou de suas responsabilidades de cuidado; principais razões (para aquelas que cuidam de criança ou de doentes, portadores de deficiência ou idosos – perguntas feitas separadamente) de não trabalhar ou não trabalhar mais; para os que trabalham, disponibilidade de práticas de trabalho flexível. Cabe mencionar que, em relação à informação sobre cuidados de familiares, as pesquisas de uso do tempo são instrumentos desenhados para captar com maior riqueza de detalhamento as atividades cotidianas.

Considerando disponibilidade de instrumentos de pesquisa para os temas apontados e a implementação, em curso, de novo formato da PNAD – PNAD Contínua – seria essencial para a questão de gênero, a incorporação de perguntas relativas a jornada de trabalho e os afazeres domésticos. Isso possibilitaria um aprofundamento no debate sobre mercado de trabalho e relações de gênero.

É importante mencionar ainda que, como a PNAD é uma pesquisa com múltiplos propósitos e abrange diferentes temas, existem questões, relacionadas ao trabalho decente, que não foram abordadas neste estudo. Destaca-se o trabalho a ser abolido, que poderia ser explorado utilizando a informação sobre trabalho infantil; a filiação a sindicato, sob o tópico de diálogo social; e a caracterização da população ocupada em relação à estabilidade no trabalho.

A multiplicidade de resultados e indicadores apresentados podem ser relevantes na elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas relacionadas ao mercado de trabalho, considerando os diferenciais existentes por gênero. Além disso, o detalhamento na caracterização dos trabalhadores fornece subsídios para melhor compreensão do comportamento do mercado de trabalho, com relação a perspectiva de gênero.

Referências Bibliográficas

ANKER, Richard, CHERNYSHEY, Igor; EGGER, Philippe; MEHRAN, Farhad; RITTER, Joseph. *Measuring decent work with statistical indicators*. Policy Integration Department Statistical Development and Analysis Group International Labour Office. Working Paper No. 2. . Disponível em: < http://www.oit.org/wcmssp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcms_079089.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

BOLETIM do Banco Central do Brasil: *Relatório Anual 2009*. Brasília, v. 45, 2009. Relatório Anual. . Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2009>>. Acesso em: ago. 2010.

BOLETIM mulher e mercado de trabalho: a crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres. Edição especial. Disponível em: < <http://200.130.7.5/spmu/docs/Boletim%20Mulher%20e%20trabalho%20-%20Crise%20FINAL.pdf> >. Acesso em: jan. 2011.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, p.537-572, set/dez. 2007. Disponível em: < http://www.oei.es/genero/trabalho_genero_brasil.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996. Caxambu, MG, *Anais...*, Belo Horizonte : ABEP, 1996, 4 v. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V1A24.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.

DECENT work country profile Tanzania (mainland) / *International Labour Office*. – Dar es Salaam and Geneva: ILO, 2010. 78 p. Disponível em: http://www.ilo.org/public/english/region/afpro/daressalaam/download/decent_work_tz.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

DECENT work country profile Austria. *International Labour Office* – Geneva: ILO, 2009. 82 p. Disponível em: < http://www.ilo.org/wcmssp5/groups/public/@dgreports/@integration/documents/publication/wcms_120187.pdf >. Acesso em: ago. 2010.

DECENT work indicators for Asia and the Pacific: a guidebook for policy-makers and researchers. *International Labour Office*, Regional Office for Asia and the Pacific, Bangkok: ILO, 2008. 100p. Disponível em: < http://www.ilo.org/wcmssp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/documents/publication/wcms_099163.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

DEVELOPING gender statistics: a practical tool. Geneva: *United Nations Economic Commission for Europe - UNECE*, 2010. 175 p. Disponível em: <<http://www.unece.org/stats/gender/manual/Welcome.html>>. Acesso em: ago. 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set. 595-609, set./dez. 2007. Tradução: Fátima Murad. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.

IBGE. Censo Demográfico nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

IBGE. Microdados da PNAD nos anos de 1999 e 2009.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. IBGE, DPE, COPIS. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica Número 27. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/default.shtm>>. Acesso em jan. 2011.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (2010) *Report IV - Decent work for domestic workers*. International Labour Conference, 99th Session, 2010, Geneva. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_143337.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

IPEA. PNAD 2008: Primeiras Análises. *Comunicado da Presidência*, n.30, 24 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/09_09_24_ComunicaPresi_30_PNAD2008.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

MEASURING decent work: tripartite meeting of experts on measurement of decent work, 8-10 Sept. 2008. *International Labour Office*. - Geneva: ILO, 2008 iii, 61 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/---stat/documents/meetingdocument/wcms_100335.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

MTE. Microdados do CAGED Estatístico nos anos de 1999 a 2009.

NOTAS OIT: o trabalho doméstico remunerado na América Latina. Um trabalho decente para as trabalhadoras domésticas remuneradas no continente. *Organização Internacional do Trabalho*, n.1, 2010, 4p.

PERFIL do trabalho decente no Brasil. Brasília, DF: *Organização Internacional do Trabalho - OIT*; Geneva: International Labour Office, 2009. 57 p. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/topic/decent_work/doc/perfi_ltdbrasil_129.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Org. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. *Dictionnaire critique du féminisme*. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.santosbancarios.com.br/mulheres/adivisaosexualdotrabalho.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.

Anexo

TABELA A1: Indicadores da oportunidade de trabalho:

Pessoas de 16 anos ou mais de idade economicamente ativas, ocupadas e desocupadas, na semana de referência, e em idade ativa, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça e situação do domicílio, Brasil – 1999/2009
(continua)

Indicadores	1999 (1)							
	Pessoas economicamente ativas		Pessoas ocupadas		Pessoas desocupadas		Pessoas em idade ativa	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total (2)	44 903 944	32 177 600	41 451 621	28 351 101	3 452 323	3 826 499	53 991 656	58 294 454
Grupos de idade								
16 a 19 anos	4 750 612	3 172 077	3 834 396	2 306 049	916 216	866 028	7 036 613	6 899 420
20 a 24 anos	6 506 865	4 676 809	5 743 338	3 759 267	763 527	917 542	7 292 818	7 393 855
25 a 44 anos	21 753 322	16 616 124	20 474 476	14 919 494	1 278 846	1 696 630	22 843 097	24 692 946
45 a 59 anos	8 706 542	6 092 457	8 308 551	5 774 172	397 991	318 285	10 176 124	11 085 183
60 a 64 anos	1 424 960	781 405	1 365 907	764 894	59 053	16 511	2 148 515	2 544 012
65 anos e mais	1 753 790	833 283	1 719 677	822 846	34 113	10 437	4 483 225	5 670 555
Grupos de anos de estudo								
Menos de 1 ano	6 041 582	3 446 322	5 799 538	3 233 698	242 044	212 624	8 026 735	8 645 692
1 a 3 anos	6 969 291	4 070 099	6 555 411	3 730 741	413 880	339 358	8 402 412	8 310 910
4 a 7 anos	14 335 494	9 011 768	13 111 894	7 897 035	1 223 600	1 114 733	17 018 409	17 473 419
8 anos	4 571 554	2 984 215	4 122 431	2 508 052	449 123	476 163	5 365 733	5 353 065
9 e 10 anos	2 753 876	2 330 078	2 353 031	1 798 639	400 845	531 439	3 566 138	4 199 699
11 anos	6 165 820	6 111 089	5 635 960	5 274 050	529 860	837 039	6 940 129	8 830 098
12 anos ou mais	3 818 766	4 017 293	3 651 324	3 729 876	167 442	287 417	4 382 183	5 181 799
Cor ou raça								
Branca	24 325 660	18 113 918	22 648 240	16 127 627	1 677 420	1 986 291	29 464 205	33 124 478
Preta	2 553 658	1 851 754	2 295 521	1 581 759	258 137	269 995	3 163 996	3 266 418
Parda	17 719 366	11 984 859	16 220 871	10 433 702	1 498 495	1 551 157	20 970 569	21 494 749
Preta e parda	20 273 024	13 836 613	18 516 392	12 015 461	1 756 632	1 821 152	24 134 565	24 761 167
Situação do domicílio								
Urbano	35 006 831	25 769 542	31 781 765	22 196 589	3 225 066	3 572 953	43 095 187	48 241 147
Rural	9 897 113	6 408 058	9 669 856	6 154 512	227 257	253 546	10 896 469	10 053 307

TABELA A1: Indicadores da oportunidade de trabalho:

Pessoas de 16 anos ou mais de idade economicamente ativas, ocupadas e desocupadas, na semana de referência, e em idade ativa, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça e situação do domicílio, Brasil – 1999/2009

(conclusão)

Indicadores	2009							
	Pessoas economicamente ativas		Pessoas ocupadas		Pessoas desocupadas		Pessoas em idade ativa	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	55 208 186	43 608 178	51 890 429	38 861 000	3 317 757	4 747 178	67 712 806	74 105 985
Grupos de idade								
16 a 19 anos	4 180 089	2 978 823	3 399 587	2 107 011	780 502	871 812	6 764 598	6 604 710
20 a 24 anos	7 260 109	5 679 325	6 475 430	4 565 907	784 679	1 113 418	8 247 985	8 249 829
25 a 44 anos	26 796 756	22 546 733	25 516 794	20 340 691	1 279 962	2 206 042	28 293 917	30 414 484
45 a 59 anos	12 809 578	10 074 521	12 421 947	9 562 129	387 631	512 392	14 791 661	16 715 303
60 a 64 anos	1 966 389	1 167 392	1 923 315	1 140 620	43 074	26 772	3 078 993	3 569 345
65 anos e mais	2 195 265	1 161 384	2 153 356	1 144 642	41 909	16 742	6 535 652	8 552 314
Grupos de anos de estudo								
Menos de 1 ano	4 827 222	2 647 887	4 660 305	2 456 956	166 917	190 931	7 271 024	7 885 989
1 a 3 anos	5 377 302	3 063 622	5 174 138	2 849 512	203 164	214 110	7 056 739	7 046 261
4 a 7 anos	13 327 509	8 696 518	12 570 543	7 833 179	756 966	863 339	16 685 001	16 807 047
8 anos	5 575 488	3 800 694	5 190 465	3 306 367	385 023	494 327	6 649 921	6 724 562
9 e 10 anos	4 213 129	3 234 136	3 754 777	2 572 194	458 352	661 942	5 507 809	5 889 302
11 anos	14 128 487	13 097 228	13 154 610	11 384 497	973 877	1 712 731	15 720 249	18 249 155
12 anos ou mais	7 570 428	8 845 894	7 216 109	8 269 369	354 319	576 525	8 601 462	11 184 609
Cor ou raça								
Branca	26 263 176	21 967 032	24 865 328	19 940 123	1 397 848	2 026 909	32 572 206	37 540 610
Preta	4 293 033	3 311 880	3 987 100	2 873 931	305 933	437 949	5 250 728	5 348 488
Parda	24 250 312	17 987 262	22 676 790	15 763 193	1 573 522	2 224 069	29 358 310	30 621 874
Preta e parda	28 543 345	21 299 142	26 663 890	18 637 124	1 879 455	2 662 018	34 609 038	35 970 362
Situação do domicílio								
Urbano	45 485 119	37 521 493	42 376 702	33 067 998	3 108 417	4 453 495	56 550 476	63 911 507
Rural	9 723 067	6 086 685	9 513 727	5 793 002	209 340	293 683	11 162 330	10 194 478

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo e cor ou raça.

TABELA A3: Indicadores de rendimento adequado e trabalho produtivo:
Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com rendimento no trabalho principal não nulo, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 1999/2009

Indicadores	1999 (1)		2009	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total (2)	38 056 504	22 709 932	48 084 965	33 649 653
Grupos de idade				
16 a 19 anos	2 787 845	1 793 622	2 733 286	1 814 126
20 a 24 anos	5 172 194	3 235 885	5 987 010	4 138 230
25 a 44 anos	19 679 398	12 553 292	24 369 825	18 244 438
45 a 59 anos	7 901 470	4 364 554	11 754 922	8 071 126
60 a 64 anos	1 204 372	428 361	1 697 245	788 747
65 anos e mais	1 307 112	330 961	1 542 677	592 986
Grupos de anos de estudo				
Menos de 1 ano	5 051 803	1 765 898	3 962 733	1 442 110
1 a 3 anos	5 863 962	2 414 640	4 646 894	1 990 491
4 a 7 anos	12 064 348	6 081 669	11 626 581	6 316 281
8 anos	3 876 811	2 210 090	4 848 545	2 934 995
9 e 10 anos	2 145 020	1 605 675	3 468 570	2 322 415
11 anos	5 389 071	4 931 370	12 554 655	10 671 559
12 anos ou mais	3 464 861	3 539 893	6 820 146	7 806 231
Cor ou raça				
Branca	21 030 508	13 261 604	23 193 654	17 566 737
Preta	2 148 403	1 361 831	3 750 800	2 594 412
Parda	14 614 614	7 930 507	20 819 063	13 254 470
Preta e parda	16 763 017	9 292 338	24 569 863	15 848 882
Situação do domicílio				
Urbano	30 198 475	20 134 740	40 358 828	30 867 101
Rural	7 858 029	2 575 192	7 726 137	2 782 552
Qualidade do posto de trabalho				
Trabalho formal	18 716 827	11 619 223	26 960 038	18 525 512
Trabalho informal	19 335 425	11 085 348	21 124 927	15 124 141

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo, cor ou raça, posição na ocupação e declaração de contribuição para instituto de previdência.

TABELA A4: Indicadores de rendimento adequado e trabalho produtivo:
Rendimento médio mensal no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, variação do rendimento médio, razão entre valores extremos do rendimento médio, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 1999/2009

Indicadores	Rendimento médio no trabalho principal				Variação 2009/1999 (%)		Razão entre extremos em cada variável analisada			
	1999 (1)		2009 (1)		Homem	Mulher	1999 (1)		2009 (1)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher			Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total (2)	1157,7	794,5	1226,4	864,2	5,9	8,8	-	-	-	-
Grupos de idade										
16 a 19 anos	385,7	345,8	456,6	400,3	18,4	15,8	3,90	2,71	3,50	2,60
20 a 24 anos	669,2	532,3	724,7	605,6	8,3	13,8	2,25	1,76	2,21	1,72
25 a 44 anos	1262,7	881,4	1239,5	892,9	-1,8	1,3	1,19	1,06	1,29	1,17
45 a 59 anos	1505,8	936,8	1599,5	1040,9	6,2	11,1	-	-	-	-
60 a 64 anos	1064,7	832,0	1528,4	910,3	43,6	9,4	1,41	1,13	1,05	1,14
65 anos e mais	1133,7	575,0	1164,4	736,7	2,7	28,1	1,33	1,63	1,37	1,41
Grupos de anos de estudo										
Menos de 1 ano	402,6	275,3	494,3	346,6	22,8	25,9	9,61	7,60	6,19	5,09
1 a 3 anos	586,5	342,3	622,7	386,1	6,2	12,8	6,60	6,12	4,91	4,57
4 a 7 anos	829,9	440,3	802,2	465,5	-3,3	5,7	4,66	4,75	3,81	3,79
8 anos	1086,2	606,6	981,5	567,3	-9,6	-6,5	3,56	3,45	3,12	3,11
9 e 10 anos	970,6	540,3	832,9	510,6	-14,2	-5,5	3,99	3,87	3,67	3,46
11 anos	1617,4	883,7	1264,3	760,8	-21,8	-13,9	2,39	2,37	2,42	2,32
12 anos ou mais	3869,1	2093,4	3057,7	1764,4	-21,0	-15,7	-	-	-	-
Cor ou raça										
Branca	1490,5	989,3	1561,7	1064,0	4,8	7,5	-	-	-	-
Preta	696,9	495,7	889,6	616,8	27,7	24,4	2,14	2,00	1,76	1,73
Parda	724,8	500,4	894,0	637,4	23,3	27,4	2,06	1,98	1,75	1,67
Preta e parda	721,2	499,7	893,3	634,0	23,9	26,9	2,07	1,98	1,75	1,68
Situação do domicílio										
Urbano	1314,2	847,8	1327,8	895,7	1,0	5,7	-	-	-	-
Rural	555,99	378,2	638,4	479,3	14,8	26,7	2,36	2,24	2,08	1,87
Qualidade do posto de trabalho										
Trabalho formal	1603,69	1112,67	1532,6	1143,0	-4,4	2,7	-	-	-	-
Trabalho informal	725,91	461,09	826,9	520,3	13,9	12,8	2,21	2,41	1,85	2,20

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo, cor ou raça, posição na ocupação e declaração de contribuição para instituto de previdência.

TABELA A5: Indicadores de rendimento adequado e trabalho produtivo:
Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com rendimento no trabalho principal não nulo, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 1999/2009

Indicadores	1999 (1)		2009	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total (2)	38 031 981	22 699 046	48 084 965	33 649 653
Grupos de idade				
16 a 19 anos	2 787 320	1 792 411	2 733 286	1 814 126
20 a 24 anos	5 168 850	3 235 294	5 987 010	4 138 230
25 a 44 anos	19 665 999	12 548 535	24 369 825	18 244 438
45 a 59 anos	7 894 551	4 361 488	11 754 922	8 071 126
60 a 64 anos	1 204 036	428 361	1 697 245	788 747
65 anos e mais	1 307 112	329 700	1 542 677	592 986
Grupos de anos de estudo				
Menos de 1 ano	5 051 180	1 764 701	3 962 733	1 442 110
1 a 3 anos	5 858 404	2 412 319	4 646 894	1 990 491
4 a 7 anos	12 053 824	6 077 978	11 626 581	6 316 281
8 anos	3 874 733	2 209 943	4 848 545	2 934 995
9 e 10 anos	2 144 476	1 604 868	3 468 570	2 322 415
11 anos	5 387 051	4 930 304	12 554 655	10 671 559
12 anos ou mais	3 461 685	3 538 236	6 820 146	7 806 231
Cor ou raça				
Branca	21 016 387	13 254 863	23 193 654	17 566 737
Preta	2 147 328	1 361 404	3 750 800	2 594 412
Parda	14 605 287	7 927 648	20 819 063	13 254 470
Preta e parda	16 752 615	9 289 052	24 569 863	15 848 882
Situação do domicílio				
Urbano	30 176 274	20 124 704	40 358 828	30 867 101
Rural	7 855 707	2 574 342	7 726 137	2 782 552
Qualidade do posto de trabalho				
Trabalho formal	18 705 047	11 615 751	26 960 038	18 525 512
Trabalho informal	19 322 682	11 079 542	21 124 927	15 124 141

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

Nota: Exclui-se informação sem declaração de horas trabalhadas no trabalho principal.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo, cor ou raça, posição na ocupação e declaração de contribuição para instituto de previdência.

TABELA A6: Indicadores de rendimento adequado e trabalho produtivo:
Rendimento médio mensal no trabalho principal, ajustado pelo número de horas trabalhadas, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, variação do rendimento médio e razão entre valores extremos do rendimento médio, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 1999/2009

Indicadores	Rendimento médio no trabalho principal ajustado pelo número de horas trabalhadas				Variação 2009/1999 (%)		Razão entre extremos em cada variável analisada			
	1999 (1)		2009 (1)		Homem	Mulher	1999 (1)		2009 (1)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher			Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total (2)	5,90	4,82	6,54	5,39	10,8	11,8	-	-	-	-
Grupos de idade										
16 a 19 anos	2,12	1,98	2,70	2,61	27,4	31,8	3,57	2,98	3,11	2,54
20 a 24 anos	3,49	3,10	3,94	3,62	12,9	16,8	2,17	1,90	2,13	1,83
25 a 44 anos	6,31	5,36	6,49	5,48	2,9	2,2	1,20	1,10	1,29	1,21
45 a 59 anos	7,56	5,90	8,39	6,63	11,0	12,4	-	-	-	-
60 a 64 anos	5,48	5,66	8,47	6,54	54,6	15,5	1,38	1,04	0,99	1,01
65 anos e mais	6,47	4,33	7,18	6,01	11,0	38,8	1,17	1,36	1,17	1,10
Grupos de anos de estudo										
Menos de 1 ano	2,12	1,81	2,75	2,42	29,7	33,7	10,06	7,44	6,25	4,65
1 a 3 anos	2,96	2,10	3,31	2,59	11,8	23,3	7,20	6,41	5,20	4,35
4 a 7 anos	4,11	2,62	4,19	2,99	1,9	14,1	5,19	5,14	4,11	3,77
8 anos	5,42	3,47	5,09	3,47	-6,1	0,0	3,93	3,88	3,38	3,24
9 e 10 anos	5,08	3,22	4,48	3,23	-11,8	0,3	4,20	4,18	3,84	3,49
11 anos	8,34	5,34	6,67	4,49	-20,0	-15,9	2,56	2,52	2,58	2,51
12 anos ou mais	21,32	13,46	17,20	11,26	-19,3	-16,3	-	-	-	-
Cor ou raça										
Branca	7,54	6,01	8,27	6,55	9,7	9,0	-	-	-	-
Preta	3,57	2,90	4,77	3,87	33,6	33,4	2,11	2,07	1,73	1,69
Parda	3,73	3,06	4,80	4,04	28,7	32,0	2,02	1,96	1,72	1,62
Preta e parda	3,71	3,04	4,79	4,01	29,1	31,9	2,03	1,98	1,73	1,63
Situação do domicílio										
Urbano	6,69	5,10	7,06	5,54	5,5	8,6	-	-	-	-
Rural	2,84	2,50	3,47	3,30	22,2	32,0	2,36	2,04	2,03	1,68
Qualidade do posto de trabalho										
Trabalho formal	8,06	6,43	7,95	6,53	-1,4	1,6	-	-	-	-
Trabalho informal	3,75	2,96	4,58	3,66	22,1	23,6	2,15	2,17	1,74	1,78

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo, cor ou raça, posição na ocupação e declaração de contribuição para instituto de previdência.

TABELA A7: Indicadores de igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho: Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com 12 anos ou mais de estudo, por sexo e ocupações selecionadas, segundo grupos de idade, Brasil – 2009

Grupos etários	Total		Médicos		Professores	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	6 820 146	7 806 231	151 413	100 245	454 674	1 589 438
16 a 24 anos	871 715	1 162 185	1 271	2 028	28 077	87 028
25 a 39 anos	2 939 428	3 672 794	53 004	51 957	207 082	725 864
40 a 49 anos	1 710 631	1 888 327	35 498	16 832	118 618	505 670
50 a 59 anos	933 746	879 624	37 685	23 790	69 408	226 834
60 anos e mais	364 626	203 301	23 955	5 638	31 489	44 042

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclusive rendimento nulo e sem declaração de rendimento.

TABELA A8: Indicadores de jornada de trabalho decente:
Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo,
segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do
domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 1999/2009

Indicadores	1999 (1)			2009		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total (em todos os trabalhos)	69 756 352	41 422 157	28 334 195	90 751 429	51 890 429	38 861 000
Grupos de idade						
16 a 19 anos	6 137 752	3 832 914	2 304 838	5 506 598	3 399 587	2 107 011
20 a 24 anos	9 497 547	5 739 473	3 758 074	11 041 337	6 475 430	4 565 907
25 a 44 anos	35 370 220	20 458 634	14 911 586	45 857 485	25 516 794	20 340 691
45 a 59 anos	14 069 995	8 301 156	5 768 839	21 984 076	12 421 947	9 562 129
60 a 64 anos	2 129 921	1 365 027	764 894	3 063 935	1 923 315	1 140 620
65 anos e mais	2 541 262	1 719 677	821 585	3 297 998	2 153 356	1 144 642
Grupos de anos de estudo						
Menos de 1 ano	9 030 895	5 798 394	3 232 501	7 117 261	4 660 305	2 456 956
1 a 3 anos	10 275 742	6 549 325	3 726 417	8 023 650	5 174 138	2 849 512
4 a 7 anos	20 992 414	13 099 866	7 892 548	20 403 722	12 570 543	7 833 179
8 anos	6 628 258	4 120 353	2 507 905	8 496 832	5 190 465	3 306 367
9 e 10 anos	4 148 913	2 351 683	1 797 230	6 326 971	3 754 777	2 572 194
11 anos	10 905 363	5 633 081	5 272 282	24 539 107	13 154 610	11 384 497
12 anos ou mais	7 373 725	3 647 423	3 726 302	15 485 478	7 216 109	8 269 369
Cor ou raça						
Branca	38 749 496	22 632 043	16 117 453	44 805 451	24 865 328	19 940 123
Preta	3 875 778	2 294 446	1 581 332	6 861 031	3 987 100	2 873 931
Parda	26 636 935	16 208 679	10 428 256	38 439 983	22 676 790	15 763 193
Preta e parda	30 512 713	18 503 125	12 009 588	45 301 014	26 663 890	18 637 124
Situação do domicílio						
Urbano	53 936 295	31 754 623	22 181 672	75 444 700	42 376 702	33 067 998
Rural	15 820 057	9 667 534	6 152 523	15 306 729	9 513 727	5 793 002
Total (no trabalho principal)	69 758 955	41 424 020	28 334 935	90 751 429	51 890 429	38 861 000
Trabalho formal	30 757 440	18 992 873	11 764 567	46 567 240	27 620 563	18 946 677
Trabalho informal	38 993 510	22 426 895	16 566 615	44 184 189	24 269 866	19 914 323

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

Nota: Exclui-se informação sem declaração do número de horas trabalhadas.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo, cor ou raça, posição na ocupação e declaração de contribuição para instituto de previdência.

TABELA A9: Indicadores de jornada de trabalho decente:

Pessoas 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo e classe de horas trabalhadas em todos os trabalhos, segundo posição na ocupação, Brasil – 2009

Posição na ocupação	Homem					Mulher				
	Até 20 horas	21 a 34 horas	35 a 44 horas	Mais de 45 horas	Total	Até 20 horas	21 a 34 horas	35 a 44 horas	Mais de 45 horas	Total
Total	1 642 172	5 242 684	24 561 435	20 444 138	51 890 429	4 945 494	8 593 794	16 354 839	8 966 873	38 861 000
Empregado com carteira de trabalho assinada	88 597	511 098	12 101 242	7 907 919	20 608 856	83 012	907 954	7 648 836	3 115 792	11 755 594
Militar	1 668	12 809	182 494	66 713	263 684		618	8 811	1 921	11 350
Funcionário público estatutário	18 530	297 887	1 623 958	646 370	2 586 745	45 994	1 055 165	2 174 017	500 879	3 776 055
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	343 629	1 404 017	4 371 992	3 690 972	9 810 610	390 562	1 404 327	2 019 964	1 114 377	4 929 230
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	209	8 302	79 056	138 307	225 874	35 121	176 528	842 691	714 971	1 769 311
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	25 911	56 314	68 987	114 452	265 664	1 029 830	1 354 771	1 265 376	1 131 620	4 781 597
Conta própria	581 321	1 855 738	4 509 337	5 593 937	12 540 333	1 344 543	2 031 406	1 463 410	1 456 464	6 295 823
Empregador	61 823	170 250	911 847	1 797 642	2 941 562	41 487	132 081	361 764	513 109	1 048 441
Não remunerado	321 813	461 932	368 477	197 830	1 350 052	1 468 635	553 766	119 878	48 470	2 190 749
Trabalhador na produção para o próprio consumo	14 068	22 614	28 219	15 598	80 499	8 658	1 654	1 337	1 135	12 784
Trabalhador na construção para o próprio uso	184 603	441 723	315 826	274 398	1 216 550	497 652	975 524	448 755	368 135	2 290 066

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

TABELA A10: Indicadores de combinação entre trabalho, vida familiar e vida pessoal:
Pessoas de 16 anos ou mais de idade que declararam cuidar dos afazeres domésticos, total e ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo grupos de idade, grupos de anos de estudo, cor ou raça, situação do domicílio e qualidade do posto de trabalho, Brasil – 2009

Indicadores	Total			Ocupadas		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total (1)	100 443 476	33 848 336	66 595 140	60 771 371	25 777 971	34 993 400
Grupos de idade						
16 a 19 anos	8 607 978	3 041 154	5 566 824	3 118 539	1 405 129	1 713 410
20 a 24 anos	10 572 885	3 550 031	7 022 854	6 524 444	2 768 742	3 755 702
25 a 44 anos	42 606 909	14 648 716	27 958 193	31 616 034	13 182 081	18 433 953
45 a 59 anos	23 539 850	7 818 588	15 721 262	15 340 177	6 394 463	8 945 714
60 a 64 anos	4 986 290	1 639 140	3 347 150	2 036 212	960 069	1 076 143
65 anos e mais	10 129 564	3 150 707	6 978 857	2 135 965	1 067 487	1 068 478
Grupos de anos de estudo						
Menos de 1 ano	9 863 550	3 153 034	6 710 516	4 446 024	2 124 451	2 321 573
1 a 3 anos	9 872 657	3 363 713	6 508 944	5 167 473	2 449 569	2 717 904
4 a 7 anos	24 084 819	8 352 294	15 732 525	13 595 399	6 155 703	7 439 696
8 anos	9 694 516	3 433 765	6 260 751	5 697 862	2 614 233	3 083 629
9 e 10 anos	8 021 172	2 727 364	5 293 808	4 120 028	1 815 068	2 304 960
11 anos	24 813 070	8 248 209	16 564 861	16 980 347	6 787 019	10 193 328
12 anos ou mais	13 668 959	4 447 030	9 221 929	10 492 661	3 737 124	6 755 537
Cor ou raça						
Branca	49 838 828	16 615 212	33 223 616	30 291 618	12 619 994	17 671 624
Preta	7 704 495	2 794 554	4 909 941	4 771 928	2 109 137	2 662 791
Parda	42 081 331	14 139 311	27 942 020	25 244 492	10 835 047	14 409 445
Preta e parda	49 785 826	16 933 865	32 851 961	30 016 420	12 944 184	17 072 236
Situação do domicílio						
Urbano	85 597 107	28 532 396	57 064 711	50 666 685	21 198 899	29 467 786
Rural	14 846 369	5 315 940	9 530 429	10 104 686	4 579 072	5 525 614
Qualidade do posto de trabalho						
Trabalho formal				30 605 903	14 123 433	16 482 470
Trabalho informal				30 165 468	11 654 538	18 510 930

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclusive informação sem declaração de idade, anos de estudo, cor ou raça, posição na ocupação e declaração de contribuição para instituto de previdência.

TABELA A11: Indicadores de proteção social:

Pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e que contribuíam para instituto de previdência em qualquer trabalho na semana de referência, por posição na ocupação, por sexo, segundo posição na ocupação, Brasil – 1999/2009

Posição na ocupação	Pessoas ocupadas		Pessoas que contribuíram para instituto de previdência	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
	1999 (1)			
Total (2)	41 451 621	28 351 101	19 373 129	12 470 202
Empregado com carteira	13 200 989	6 851 560	13 200 989	6 851 560
Empregado sem carteira	8 634 127	3 341 231	624 044	503 100
Trabalhador doméstico com carteira	161 618	1 200 493	161 618	1 200 493
Trabalhador doméstico sem carteira	207 752	3 656 570	5 916	107 081
Militar ou funcionário público estatutário	2 209 363	2 648 204	1 922 277	2 645 515
Conta própria	12 102 377	4 711 610	2 073 162	628 833
Empregador	2 342 220	646 236	1 360 593	439 162
Trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	1 916 859	2 990 151	18 086	86 569
Outro trabalho não remunerado	671 127	2 300 815	5 295	7 307
	2009			
Total (2)	51 890 429	38 861 000	28 803 241	20 796 674
Empregado com carteira	20 608 856	11 755 594	20 608 856	11 755 594
Empregado sem carteira	9 810 610	4 929 230	1 342 746	1 366 645
Trabalhador doméstico com carteira	225 874	1 769 311	225 874	1 769 311
Trabalhador doméstico sem carteira	265 664	4 781 597	16 619	251 937
Militar ou funcionário público estatutário	2 850 429	3 787 405	2 587 873	3 776 741
Conta própria	12 540 333	6 295 823	2 272 805	953 783
Empregador	2 941 562	1 048 441	1 662 599	680 584
Trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso	1 297 049	2 302 850	57 177	214 146
Outro trabalho não remunerado	1 350 052	2 190 749	28 692	27 933

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999 e 2009.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive informação sem declaração de posição na ocupação e contribuição para instituto de previdência.

Textos para Discussão já publicados

Antiga série

- 📖 Pesquisas Contínuas da Indústria - Vol. 1, nº 1, janeiro 1988
- 📖 Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia - Vol. I, nº 2, 1988
- 📖 Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI - Vol. I, nº 3, março 1988
- 📖 O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão - Vol. I, nº 4, abril 1988
- 📖 Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020 - Vol. I, nº 5, maio 1988
- 📖 Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação - Vol. 1, nº 6, agosto 1988
- 📖 A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80 - Vol. I, nº 7, setembro 1988
- 📖 Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas - Vol. I, número especial, outubro 1988
- 📖 Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária - Vol. I, nº 9, setembro 1988
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios - Vol. I, nº 10, dezembro 1988
- 📖 Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo - nº 11, janeiro 1989
- 📖 De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino - nº 12, fevereiro 1989
- 📖 Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados - nº 13, fevereiro 1989
- 📖 Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980 - nº 14, maio 1989
- 📖 As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs - nº 15, maio 1989
- 📖 As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 16, junho 1989
- 📖 Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - nº 17, agosto 1989
- 📖 Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia - nº 18, agosto 1989
- 📖 Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90 - nº 19, setembro 1989
- 📖 Uma Análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho) - nº 20, outubro 1989
- 📖 Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso Brasileiro - nº 21, novembro 1989
- 📖 Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados - nº 22, novembro 1989
- 📖 O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 23, dezembro 1989
- 📖 Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais - nº 24, dezembro 1989
- 📖 Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas - nº 25, janeiro 1990
- 📖 Ensaio sobre a Produção de Estatística - nº 26, janeiro 1990
- 📖 O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação - nº 27, fevereiro 1990
- 📖 Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados - nº 28, fevereiro 1990
- 📖 Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais - nº 29, março 1990
- 📖 Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas - Uma visão do Departamento de População - nº 30, abril 1990

- 📖 Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Econômico de 1985 - **nº 31**, maio 1990
- 📖 Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980 - **nº 32**, maio 1990
- 📖 A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990 - **nº 33**, junho 1990
- 📖 Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos - 1970 a 1990 - **nº 34**, julho 1990
- 📖 A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980 - **nº 35**, agosto 1990
- 📖 Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar - **nº 36**, setembro 1990
- 📖 Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas - **nº 37**, outubro 1990
- 📖 A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra - **nº 38**, novembro 1990
- 📖 Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas - **nº 39**, dezembro 1990
- 📖 A Inflação Medida pelo Índice de Precos ao Consumidor - **nº 40**, janeiro 1991
- 📖 A Participação Política Eleitoral no Brasil - 1988, Análise Preliminar - **nº 41**, fevereiro 1991
- 📖 Ensaios sobre Estatísticas do Setor Produtivo - **nº 42**, março 1991
- 📖 A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agenda para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - **nº 43**, março 1991
- 📖 Matriz de Fluxos Migratórios Intermunicipais - Brasil - 1980 - **nº 44**, abril 1991
- 📖 Fluxos Migratórios Intrametropolitanos - Brasil - 1970-1980 - **nº 45**, abril 1991
- 📖 A Revisão da PNAD, A Questão Conceitual e Relatório das Contribuições - **nº 46**, maio 1991
- 📖 A Dimensão Ambiental no Sistema de Contas Nacionais - **nº 47**, maio 1991
- 📖 Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras - **nº 48**, junho 1991
- 📖 Mercado do Couro e Resultados da Pesquisa Anual do Couro - **nº 49**, junho 1991
- 📖 As Estatísticas e o Meio Ambiente - **nº 50**, julho 1991
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais Séries Correntes: 1981-85 Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto - **nº 51**, julho 1991 (2 Volumes: Volume 1 - Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto; Volume 2-Tabelas)
- 📖 O Censo Industrial de 1985 - Balanço da Experiência - **nº 52**, agosto 1991
- 📖 Análise da Inflação Medida Pelo INPC 1989 - **nº 53**, agosto 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Questão Amostral: Módulo II do Anteprojeto - **nº 54**, setembro 1991
- 📖 A Força de Trabalho e os Setores de Atividade - Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo - 1986-1990 - **nº 55**, outubro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: Apuração das Informações: Módulo III do Anteprojeto - **nº 56**, novembro 1991
- 📖 Novos Usos para Pesquisa Industrial Mensal: A Evolução dos Salários Industriais, O Desempenho da Pecuária - **nº 57**, novembro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Disseminação das Informações Módulo IV do Anteprojeto - **nº 58**, dezembro 1991
- 📖 Estatísticas Agropecuárias : Sugestões para o Novo Plano Geral de Informações - **nº 59**, dezembro 1991
- 📖 Análise Conjuntural e Pesquisa Industrial - **nº 60**, janeiro 1992
- 📖 Exploração dos Dados da Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais - **nº 61**, fevereiro 1992
- 📖 Uma Proposta de Metodologia para a Expansão da Amostra do Censo Demográfico de 1991 - **nº 62**, outubro 1993
- 📖 Expansão da Fronteira e Progresso Técnico no Crescimento Agrícola Recente - **nº 63**, novembro 1993

- 📖 Avaliação das Condições de Habitação com Base nos Dados da PNAD - **nº 64**, setembro 1993
- 📖 Análise da Taxa de Desemprego Feminino no Brasil – **nº 65**, dezembro 1993
- 📖 Aspectos da Metropolização Brasileira: Comentários sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991- **nº 66**, janeiro 1994
- 📖 Estimativas Preliminares de Fecundidade Considerando os Censos Demográficos, Pesquisas por amostragem e o Registro Civil - **nº 67**, janeiro 1994
- 📖 Apuração de Dados no IBGE: Problemas e Perspectivas - **nº 68**, fevereiro 1994
- 📖 Limeira - SP: Estimativas de Fecundidade e Mortalidade 1980/1988 - **nº 69**, março 1994
- 📖 Desemprego - Uma Abordagem Conceitual - **nº 70**, abril 1994
- 📖 Apuração dos Dados Investigados no Questionário Básico (CD 1.01) do Censo Demográfico de 1991 - **nº 71**, outubro de 1994
- 📖 Deslocamento Populacional e Segregação Sócio-Espacial – Migrantes Originários do Rio de Janeiro - **nº 72**, novembro de 1994
- 📖 Projeção Preliminar da População do Brasil para o Período 1980-2020 - **nº 73**, dezembro de 1994
- 📖 Considerações Preliminares Sobre a Migração Internacional no Brasil - **nº 74**, janeiro de 1995
- 📖 Estatísticas Agropecuárias Censitárias no Âmbito do Mercosul - Brasil, Argentina e Uruguai - **nº 75**, julho de 1995
- 📖 Projeções Preliminares das Populações das Grandes Regiões para o Período 1991-2010 - **nº 76**, agosto de 1995
- 📖 Dinâmica da Estrutura Familiar no Sudeste Metropolitano, Chefia Feminina e Indicadores Sócio-Demográficos: Um exercício exploratório utilizando modelo da regressão múltipla - **nº 77**, setembro de 1995
- 📖 O Uso das Matrizes de Insumo-Produto e Matrizes de Inovação para Medir Mudanças Técnicas - **nº 78**, outubro de 1995
- 📖 Estimativas dos Fatores de Correção para o Registro de Nascimentos Utilizando Registros tardios a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas 1974/1994 - **nº 79**, abril de 1996
- 📖 Aspectos de Amostragem Relativos ao Censo Cadastro de 1995 - **nº 80**, junho de 1996
- 📖 Tendências Populacionais no Brasil e Pressão Sobre o Mercado de Trabalho Futuro - **nº 81**, setembro de 1996
- 📖 Transformações Estruturais e Sistemas Estatísticos Nacionais - **nº 82**, setembro de 1996
- 📖 Metodologias para o Cálculo de Coeficientes Técnicos Diretos em um Modelo de Insumo-Produto - **nº 83**, outubro de 1996
- 📖 Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico de 1991 - **nº 84**, outubro de 1996
- 📖 Componentes da Dinâmica Demográfica Brasileira: Textos Selecionados - **nº 85**, novembro de 1996
- 📖 Apuração dos Dados Investigados pelo Questionário da Amostra - CD 1.02 do Censo Demográfico de 1991 - **nº 86**, dezembro de 1996
- 📖 Estudo Preliminar da Evolução dos Nascimentos, Casamentos e Óbitos 1974-1990 - **nº 87**, janeiro de 1997
- 📖 Sistema de Contas Nacionais - Tabelas de Recursos e Usos - Metodologia - **nº 88**, dezembro de 1997
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Economia Informal Urbana 97 - **nº 89**, junho de 1998
- 📖 Comparações da Renda Investigada nos Questionários do Censo Demográfico de 1991 - **nº 90**, julho de 1998

- 📖 Uma Revisão dos Principais Aspectos dos Planos Amostrais das Pesquisas Domiciliares Realizadas pelo IBGE - nº 91, setembro de 1998
- 📖 Planejamento Amostral para as Pesquisas Anuais da Indústria e do Comércio - nº 92, outubro de 1998
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996 - nº 93, dezembro de 1998
- 📖 Reflexões sobre um Programa de Estatísticas Ambientais - nº 94, abril de 1999
- 📖 O Comportamento das Importações e Exportações Brasileiras com Base no Sistema de Contas Nacionais 1980 - 1997 (versão preliminar) - nº 95, maio de 1999
- 📖 Meio Ambiente: sua integração nos sistemas de informações estatísticas - nº 96, maio de 1999
- 📖 Conta da Terra: considerações sobre sua realização no Brasil - nº 97, dezembro de 1999

Textos para discussão - nova série

- 📖 **Número 1** - Sistema integrado de contas econômico-ambientais - SICEA : síntese e reflexões / Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Contas Nacionais, 2000.
- 📖 **Número 2** - Aspectos da produção de informação estatística oficial no contexto da sociedade atual : algumas questões teórico-metodológicas / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2000
- 📖 **Número 3** - A Cor denominada : um estudo do suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho/98 / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2000.
- 📖 **Número 4** - Indicadores para a agropecuária - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Agropecuária, 2001.
- 📖 **Número 5** - Estudos para definição da amostra da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário / Ana Maria Lima de Farias. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Indústria, 2001.
- 📖 **Número 6** - A declaração de cor/raça no censo 2000: um estudo comparativo / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002..
- 📖 **Número 7** - Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos 1991 e 2000 / Sonia Oliveira, Ana Lucia Sabóia, Bárbara Cobo - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- 📖 **Número 8** - Principais Aspectos de Amostragem das Pesquisas Domiciliares do IBGE - revisão 2002 / Zélia Magalhães Bianchini e Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.
- 📖 **Número 9** - Censo Demográfico 2000 - Resultados da Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta / Luís Carlos de Souza Oliveira, Marcos Paulo Soares de Freitas, Márcia Regina Martins Lima Dias, Cláudia Maria Ferreira Nascimento, Edie da Silva Mattos e João José Amado Ramalho Júnior - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2003.
- 📖 **Número 10** - Sistema de informação estatística e a sociedade da informação / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.
- 📖 **Número 11** - Indicadores para a agropecuária - 1996 a 2001 / Julio César Perruso, Marcelo de Moraes, Duriez, Roberto Augusto Soares P. Duarte e Carlos Alfredo Barreto Guedes - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Agropecuária, 2003.
- 📖 **Número 12** - A Unidade de Metodologia e a Evolução do Uso de Amostragem no IBGE, 2003 / Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2003.

- 📖 **Número 13** - Estimando a Precisão das Estimativas das Taxas de Mortalidade Obtidas a Partir da PNAD / Pedro Luis do Nascimento Silva e Djalma Galvão Carneiro Pessoa. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004.
- 📖 **Número 14** - A Qualidade na Produção de Estatísticas no IBGE / Zélia Magalhães Bianchini. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2004
- 📖 **Número 15** - Calibration Estimation: When and Why, How Much and How / Pedro Luis do Nascimento Silva . - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 16** - Um panorama recente da desigualdade no Brasil a partir dos dados da PNAD 2002 / Ana Lucia Saboia e Barbara Cobo. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 17** – Processamento das Áreas de Expansão e Disseminação da Amostra no Censo Demográfico 2000 / Ari Nascimento Silva, Luiz Alberto Matzenbacher e Bruno Freitas Cortez. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 18** – Fatores de correção para o registro de nascimentos utilizando registros tardios segundo os grupos de idades das mulheres - Brasil e Unidades da Federação - 1984-2001 / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque e Selma Regina dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 19** – O processo de Imputação dos quesitos de migração no Censo Demográfico 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque, Janaína Reis Xavier Senna e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 20** – Tábuas de Mortalidade por sexo e grupos de idade - Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1980, 1991 e 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque e Janaína Reis Xavier Senna - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2005
- 📖 **Número 21** – Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2001 e 2005/ Cristiane Soares e Ana Lucia Saboia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 22** – Estimação de Intervalos de Confiança para Estimadores de Diferenças Temporais na Pesquisa Mensal de Emprego / Mauricio Franca Lila e Marcos Paulo soares de Freitas - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento e Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 23** – Amostra Mestra para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Marcos Paulo Soares de Freitas, Maurício Franca Lila, Rosemary Vallejo de Azevedo e Giuseppe de Abreu Antonaci - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 24** – Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD / Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, 2007
- 📖 **Número 25** – Pesquisas Agropecuárias por Amostragem Probabilística no IBGE: Histórico e Perspectivas Futuras / Coordenação de Agropecuária - Rio de Janeiro: IBGE, 2007
- 📖 **Número 26** – Migração Pendular Intrametropolitana no Rio de Janeiro: Reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 / Antonio de Ponte Jardim e Leila Ervatti - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 27** – Características da fecundidade e da mortalidade segundo a condição migratória das mulheres, com base no quesito de "data fixa" / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Isabel Cristina Maria da Costa e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007

-  **Número 28** – Utilização de Modelos para Estimar a Mortalidade Brasileira nas Idades Avançadas / Jorcely Victório Franco, Juarez de Castro Oliveira e Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
-  **Número 29** – Influência da mortalidade nos níveis de fecundidade da população brasileira e o intervalo médio entre duas gerações sucessivas - 1980, 1991, 2000 e 2005/ Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque e Maria Lúcia Pereira do Nascimento - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
-  **Número 30** - Família nas pesquisas domiciliares : questões e propostas alternativas / Rosa Ribeiro, Ana Lúcia Sabóia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
-  **Número 31** – Setor e Emprego Informal no Brasil - Análise dos resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais / João Hallak Neto, Katia Namir, Luciene Kozovitz, Sandra Rosa Pereira - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2008
-  **Número 32** - Diferenciais de idade entre os casais nas famílias brasileiras / Cristiane Soares. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
-  **Número 33** – Estudos de modalidades alternativas de censos demográficos : aspectos de amostragem / IBGE, Diretoria de Pesquisas, Grupo de Trabalho de Amostragem, Estimção e Acumulação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009.
-  **Número 34** – O Acompanhamento Estatístico da Fabricação de Medicamentos na Indústria Farmacêutica Brasileira/ Marcus José de Oliveira Campos e Luiz Antônio Casemiro dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2009.
-  **Número 35** – Áreas mínimas de Comparação / Weuber da Silva Carvalho, Gilson Flaeschen. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
-  **Número 36** – Contabilizando a Sustentabilidade: principais abordagens / Frederico Barcellos, Paulo Gonzaga M. de Carvalho e Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.